



**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)  
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**O IMPACTO DA LITERACIA FINANCEIRA NO NÍVEL DE  
ENDIVIDAMENTO E NOS RECURSOS FINANCEIROS DE FUNCIONÁRIOS  
PÚBLICOS**

**Patrícia Afonso**

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do  
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão de Empresas

Orientada por

**Professor Doutor Jorge Manuel Afonso Alves**

**Professor Doutor Nuno Filipe Lopes Moutinho**

Bragança, novembro de 2022.



Instituto Politécnico  
de Viana do Castelo

# **ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR) INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

## **O IMPACTO DA LITERACIA FINANCEIRA NO NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO E NOS RECURSOS FINANCEIROS DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS**

**Patrícia Afonso**

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do  
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão de Empresas

Orientada por

**Professor Doutor Jorge Manuel Afonso Alves**

**Professor Doutor Nuno Filipe Lopes Moutinho**

Bragança, novembro de 2022.

## Resumo

Com a desaceleração da economia mundial e com a crise financeira cada vez mais instalada, a literacia financeira tem vindo a ganhar cada vez mais destaque, como sendo uma ferramenta de defesa para os consumidores que se veem cada vez mais cercados de uma crescente oferta de produtos e serviços financeiros. Assim, o objetivo desta investigação passa por perceber o conhecimento financeiro de uma amostra de funcionários públicos e compreender de que forma este é explicado pelas tomadas de decisões financeiras de cada um. Partindo de um inquérito desenvolvido pelas professoras Annamaria Lusardi e Olivia Mitchell, desenvolveu-se um inquérito por questionário que foi posteriormente aplicado a uma amostra de funcionários públicos do distrito de Bragança. Com base nessas respostas, construiu-se um índice de forma a poder avaliar os conhecimentos financeiros detidos por cada um. Posteriormente, os resultados foram cruzados com as restantes variáveis do questionário e estimou-se um modelo de regressão linear múltipla que permitiu avaliar as hipóteses de investigação formuladas. Os resultados revelam que indivíduos com um menor nível de endividamento possuem um maior nível de literacia financeira e que um património financeiro mais elevado implica um nível de literacia financeira maior.

**Palavras-chave:** Literacia financeira, património financeiro, endividamento

## **Abstract**

The downturn of the global economy and the emergence of a financial crisis promoted the rise of financial literacy as a defense tool for consumers that face a growing offer of financial products and services. This project arises from the question “The impact of financial literacy in the debt level and financial resources of public employees”. Thus, the main goal of this research is to determine the financial knowledge of a sample of public employees and how this impacts their financial choices. Deriving from a survey developed by Professor Annamaria Lusardi and Professor Olivia Mitchell, a survey was developed and applied to a sample of public employees from the Bragança district. Based on the study results, an index was created in order to evaluate the gain of financial knowledge of each participant. Afterwards, the results were crossed with the remaining variables of the survey and a correlation matrix and a multiple linear regression model were generated. In conclusion, the results obtained in this thesis indicate that individuals with less debt have more financial literacy. Furthermore, a higher level of financial literacy requires greater financial assets.

**Keywords:** Financial literacy, financial assets, debt

## **Lista de Siglas e Acrónimos**

ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

BCE – Banco Central Europeu

BdP – Banco de Portugal

CMVM – Comissão do Mercado dos Valores Imobiliários

EUA – Estados Unidos da América

HI – Hipóteses de Investigação

HPP – Habitação Própria Permanente

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPB – Instituto Politécnico de Bragança

ISFF – Inquérito à Situação Financeira das Famílias

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PIB – Produto Interno Bruto

PP – Pontos Percentuais

UE – União Europeia

# Índice Geral

Índice Geral .....	vi
Índice de Tabelas .....	1
Introdução .....	2
1. Revisão da Literatura .....	4
1.1 A literacia financeira .....	5
1.2 Importância e benefícios da literacia financeira.....	7
1.3 Conceito de taxa de juro e taxa de inflação.....	9
1.4 Crédito e endividamento .....	11
1.5 Comportamento de poupança dos rendimentos e acumulação de riqueza .....	13
1.6 Investimentos financeiros e diversificação de risco.....	14
2. Metodologia .....	17
2.1 Objetivos do estudo e hipóteses de investigação.....	17
2.2 Método de recolha de dados e questionário.....	19
2.3 População e amostra .....	19
2.4 Modelo em estudo.....	21
3. Análise e discussão de resultados.....	23
3.1 Estatística descritiva .....	24
3.2 Construção do índice de literacia financeira.....	29
3.3 Tabelas de contingência .....	30
3.4 Matriz de correlações.....	37
3.5 Fatores que impactam a literacia financeira .....	40
Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação.....	42
Referências Bibliográficas.....	45
Anexos.....	54
Anexo A    Questionário.....	54

## Índice de Tabelas

Tabela 1: Funcionários públicos do distrito de Bragança, por município e no IPB.....	19
Tabela 2: Variáveis do modelo.....	21
Tabela 3: Sinal esperado das variáveis explicativas do modelo [3].....	22
Tabela 4: Dados sociodemográficos da amostra.....	24
Tabela 5: Dados académicos e profissionais da amostra.....	25
Tabela 6: Questões que avaliam a literacia financeira.....	27
Tabela 7: Questões que avaliam o comportamento financeiro.....	29
Tabela 8: Distribuição dos inquiridos por índice de literacia financeira.....	31
Tabela 9: Idade e índice de literacia financeira.....	31
Tabela 10: Género e índice de literacia financeira.....	32
Tabela 11: Habilitações literárias e índice de literacia financeira.....	33
Tabela 12: Área de estudos e índice de literacia financeira.....	33
Tabela 13: Rendimento mensal líquido e índice de literacia financeira.....	34
Tabela 14: Agregado familiar e índice de literacia financeira.....	35
Tabela 15: Atividade laboral e índice de literacia financeira.....	35
Tabela 16: Tomada de decisões financeiras e índice de literacia financeira.....	36
Tabela 17: Nível de endividamento e índice de literacia financeira.....	36
Tabela 18: Total dos produtos de crédito e índice de literacia financeira.....	37
Tabela 19: Valor do património financeiro e índice de literacia financeira.....	37
Tabela 20: Total dos produtos financeiros e índice de literacia financeira.....	38
Tabela 21: Matriz de correlações.....	40
Tabela 22: Modelo de regressão linear múltipla.....	41

## Introdução

Nos dias de hoje, é cada vez mais frequente o aparecimento de artigos e notícias sobre a literacia financeira. Com as constantes alterações resultantes do processo acelerado de globalização e com o crescimento da complexidade e diversidade dos mercados económicos e financeiros, torna-se importante os indivíduos possuírem um nível de literacia financeira ajustado às necessidades e estilo de vida de cada um, de modo a estarem dotados das competências essenciais que proporcionem uma melhoria na qualidade de vida e no bem-estar financeiro. O aumento da atividade por parte dos bancos, financeiras e seguradoras assim como o constante incentivo ao consumo através do marketing e publicidade vem reforçar essa necessidade (Almeida et al., 2018).

A literacia financeira, embora não tenha uma definição universal e única, é apresentada por diversos autores como a capacidade de leitura, gestão, análise e comunicação dos diversos problemas financeiros que se colocam diariamente ao nível do bem-estar material dos cidadãos. A perceção sobre o conhecimento dos diversos instrumentos financeiros, os princípios dos mercados e a sua regulamentação são considerados na literatura como competências e aptidões da área financeira. Um conceito que se centrava apenas na gestão do dinheiro, atualmente é cada vez mais inclusivo, contemplando agora conceitos e aptidões financeiros (Tavares & Almeida, 2021).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) define a literacia financeira como o conjunto dos conhecimentos, habilidades e comportamentos necessários para

tomar decisões financeiras consistentes de forma a alcançar o bem-estar financeiro (OCDE, 2018). Já a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), o Banco de Portugal (BdP) e a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) defendem que a literacia financeira contribui para uma adequada gestão das finanças pessoais e para a correta tomada de decisões financeiras no que toca a poupanças e investimentos. Os resultados de um estudo realizado em 2020 revelam que os indivíduos com níveis de literacia financeira mais elevados apresentem também maiores níveis de resiliência e bem-estar financeiro (ASF et al., 2020).

A presente investigação tem como principal objetivo estudar o nível de literacia financeira de uma amostra de funcionários públicos e o impacto do endividamento e da acumulação de recursos financeiros neste indicador. Para isso será aplicado um breve inquérito por questionário que conta com as “*The big five questions*”, perguntas desenvolvidas pelas professoras Annamaria Lusardi e Olivia Mitchell que permitem aferir o nível de literacia financeira dos inquiridos (Lusardi & Mitchell, 2006).

Este trabalho conta ainda, para além da presente introdução, com uma secção dedicada à revisão da literatura, onde são apresentados os principais conceitos abordados ao longo de todo o trabalho. De seguida é apresentada a metodologia utilizada para a realização desta investigação, onde são apresentadas as hipóteses de investigação e o modelo de análise. Consta também nesta secção o método de recolha de dados, a população e a amostra em estudo. Posteriormente, são apresentados e discutidos os resultados. Termina-se com as conclusões do estudo e as principais limitações, bem como possíveis linhas de investigação futura.

## **1. Revisão da Literatura**

Este ponto da dissertação contém a revisão da literatura relacionada com a literacia financeira. Encontra-se dividida em subpontos que contemplam os principais conceitos abordados ao longo da dissertação e essenciais para a formulação da pergunta de partida e hipóteses de investigação, sendo eles: conceito de literacia financeira, assim como a sua importância e os seus benefícios que acarreta para a qualidade de vida e bem-estar financeiro da população; conceito de taxa de juro e taxa de inflação; apresentam-se também os conceitos de crédito e endividamento, onde é feita uma análise à evolução da presença destas duas variáveis nas finanças pessoais e familiares dos portugueses, assim como ao comportamento de poupança e de acumulação de riqueza. Por último, apresentam-se os conceitos de investimentos financeiros e de diversificação de risco.

## 1.1 A literacia financeira

O aumento de produtos e serviços financeiros e a facilidade com que o consumidor tem acesso a eles faz com que se evidencie ainda mais a necessidade de adquirir conhecimentos e de aumentar a literacia financeira nos indivíduos (Lusardi & Mitchell, 2014). Para Pereira (2012), foi a crescente evolução dos mercados financeiros, as alterações geográficas e as crises financeiras, que deram destaque à importância de estimular a literacia financeira.

Para Sukumaran (2015), a literacia financeira compreende todos os conhecimentos e habilidades possuídos pelos indivíduos e famílias que leva a uma boa gestão das finanças pessoais e familiares e que fazem com que o indivíduo tome decisões que impactem de forma positiva o bem-estar financeiro. A forma como uma pessoa gere o dinheiro, em função do contexto financeiro em que está inserida, nomeadamente pagamento de despesas, prestações de créditos e investimentos em produtos financeiros transparece o nível de conhecimento financeiro que detêm (Huston, 2010). Stolper e Walter (2017) embora concordem com esta definição acrescentam ainda que a boa gestão das finanças pessoais começou a ser uma preocupação para os indivíduos e famílias a partir do momento que os sistemas financeiros se tornaram mais complexos e também quando se consciencializaram da responsabilidade que têm no financiamento da própria reforma assim como da necessidade de compreensão de produtos de poupança e investimento cada vez mais sofisticados.

A aprendizagem de conceitos financeiros a fim de aumentar os conhecimentos e habilidades nesta área, faz com que os indivíduos ganhem confiança e motivação para poder utilizá-los (Willis, 2008). Este autor afirma ainda que existe uma forte correlação positiva entre a educação superior e o nível de literacia financeira e que esta tem como principal objetivo melhorar os comportamentos, para poder alcançar um bem-estar financeiro. Mishra et al. (2021) diz que problemas como a pobreza, disparidades salariais, desigualdade social e desemprego podem ser atenuados através da disponibilização de material informativo aos grupos mais desfavorecidos, de forma a terem acesso a conhecimento e serviços financeiros que melhorem a qualidade de vida de cada um.

A OCDE defende que o conhecimento financeiro é necessário para transmitir mais confiança aos indivíduos uma vez que estes assumem cada vez mais responsabilidades no que toca às decisões financeiras. Acrescenta ainda que o conhecimento financeiro que os indivíduos detêm contribui para o bom funcionamento dos mercados financeiros e da economia, tornando-os mais fortes e eficientes. O facto de a educação financeira estar à disposição dos indivíduos, a um nível ajustado, independentemente das idades ou nível de rendimentos também vai ajudar a desenvolver não apenas a economia, mas a sociedade de forma geral (OCDE, 2005<sup>a</sup>).

A OCDE defende ainda que a literacia financeira é não só o conhecimento financeiro, mas também o processo pelo qual os consumidores progredem na compreensão dos diversos produtos financeiros, e os demais conceitos relacionados com o tema. Segundo a OCDE está também

incluído o processo de desenvolvimento das habilidades de cada um e também a consciencialização dos riscos e das oportunidades que estão presentes no dia a dia, para desta forma poder fazer escolhas acertadas e em caso de necessidade saber onde e como adquirir informação fidedigna de forma a melhorar o bem-estar financeiro (OCDE, 2005b).

Os autores Klapper e Lusardi (2019) dizem que o conhecimento financeiro está diretamente relacionado com o risco assumido por cada indivíduo nos vários processos de tomada de decisão relacionados com questões financeiras, na medida em que, quanto maior é o conhecimento financeiro, menor é o risco assumido, como por exemplo, o risco de contrair uma dívida difícil de liquidar devido à falta de capacidade financeira. Os autores Widdowson e Hailwood (2007) acrescentam que a literacia financeira é importante para os consumidores de serviços financeiros uma vez que influencia a capacidade e os meios de poupança, contração de dívida, de empréstimos e investimentos.

Moore (2003), através de um estudo realizado a residentes no estado de Washington concluiu que a literacia financeira é atingível através da prática e da experiência, ou seja, a literacia financeira de um indivíduo vai ser maior quanto maior for o número de oportunidades para colocar o conhecimento em prática que ele tiver.

A capacidade de comunicar e analisar questões relacionadas com a literacia financeira que afetam o bem-estar pessoal e familiar, assim como a detenção de conhecimento sobre questões financeiras, económicas e monetárias é a forma como o autor Orton (2007) entende o conceito, abrangendo também a capacidade de avaliar as várias opções no processo de tomada de decisões financeiras, delinear o futuro e procurar dar resposta de forma eficiente aos diversos desafios financeiros que se sucedem nas diferentes etapas da nossa vida.

Ainda que existam várias definições de literacia financeira e mesmo sendo um tema de importância reconhecido os autores Huston (2010) e Fernandes et al. (2014) defendem que ainda não há um significado universalmente aceite, uma vez que a literacia financeira não pode ser limitada à capacidade de ler, escrever e compreender temas na área das finanças, contabilidade e economia, mas sim, deve ser posicionada na prática pois as características que a constituem são variáveis conforme o tempo Bay et al. (2014). Já David et al. (2000) e Beal e Delpachitra (2003) defendem que a definição com maior aceitação a nível internacional é a que define a literacia financeira como a capacidade de fazer julgamentos informados e tomar decisões efetivas tendo em vista a gestão

Gois et al. (2010), ao contrário do que defendem os autores apresentados anteriormente dizem que não é possível apresentar uma definição fechada sobre este conceito, uma vez que existem algumas limitações, nomeadamente o facto de ser um tema bastante amplo e não ser possível subdividi-lo de forma consensual. Para além disso, os autores argumentam que um indivíduo não pode ser considerado financeiramente iletrado só por não conhecer conceitos como o de taxa de juro, juros compostos e produtos como crédito hipotecário e cartões de crédito isto significa apenas que não utilizam este tipo de produtos e por isso mesmo desconhecem o seu funcionamento.

A CMVM realizou um estudo em 2015 com o intuito de medir o conhecimento financeiro dos portugueses, face a matéria de investimentos, para posteriormente implementar iniciativas de literacia financeira. Foi possível notar que, comparando os resultados obtidos no questionário de 2015 com questionários da mesma entidade, de anos mais recentes, foi possível concluir que o conhecimento financeiro dos portugueses aumentou. Entre as várias conclusões retiradas deste estudo, destaca-se a existência de uma correlação positiva entre as habilitações académicas e a predisposição para investir. O facto de os indivíduos auferirem um rendimento mais elevado também faz com que se encontrem mais recetivos ao investimento.

Um estudo realizado pelo Banco Central Europeu (BCE) a fim de medir a literacia financeira dos vários países da zona Euro, coloca Portugal no último lugar do ranking, seguido do Chipre e da Itália. Segundo os resultados divulgados pelo BCE, no topo do ranking encontram-se a Alemanha, a Holanda e a Finlândia. O estudo consistia na colocação de cinco perguntas relacionadas com inflação, taxa de juro, diversificação de risco e aritmética. Apenas 25% dos portugueses inquiridos responderam corretamente a pelo menos três das cinco questões colocadas, enquanto na Alemanha a percentagem ascende a 65% (Banco Central Europeu, 2021).

## **1.2 Importância e benefícios da literacia financeira**

A tomada de decisão é um processo que afeta o presente e o futuro. A maioria das decisões de carácter financeiro são cada vez mais complexas e exigentes, onde muitas das vezes a intuição não chega para realizar as escolhas adequadas (Tavares & Almeida, 2021).

Segundo o Banco de Portugal (2013, p. 1), “Assistiu-se ao longo dos últimos anos a um aumento da complexidade e diversidade dos produtos e serviços financeiros. Ao mesmo tempo, os cidadãos passaram a ter um acesso cada vez mais generalizado aos mercados bancários de retalho.”

Para um processo de tomada de decisão simples e assertivo, no que toca a questões relacionadas com as finanças pessoais e familiares, torna-se necessário que os indivíduos tenham uma preocupação reforçada relativamente à aquisição de conhecimento financeiro e desta forma contribuir para uma melhor gestão do orçamento familiar e também para terem a capacidade de seleccionar produtos e serviços adequados ao perfil de risco de cada indivíduo no que toca à aplicação do património financeiro (Banco de Portugal, 2013).

Para as instituições financeiras, como as instituições bancárias, instituições de crédito e seguradoras, a literacia financeira tem uma grande importância uma vez que o conhecimento detido pelos clientes influencia o tipo de produtos e serviços adquiridos. Os indivíduos que possuem alguma literacia financeira já tomam em consideração conceitos como taxa de juro, taxa de inflação, retorno e risco no processo de tomada de decisão (Widdowson & Hailwood (2007).

Lusardi (2009), num estudo realizado com o intuito de compreender a importância da literacia financeira, concluiu que o nível de conhecimento financeiro possuído pelos indivíduos, relacionava-se positivamente com o nível de planeamento da reforma, ou seja, indivíduos com um nível de literacia financeira mais elevado, têm maior tendência para poupar para a reforma, segundo Lusardi et al. (2013).

A autora defende que é importante que os indivíduos preparem o futuro financeiro de forma a colmatar a diminuição dos rendimentos mensais, resultante da entrada na reforma, mantendo assim constante o fluxo de créditos ao longo da vida. Para isso é necessário calcular a quantidade de dinheiro que é necessário poupar durante o período laboral, para manter a cadência de rendimentos quando atingirmos a idade da reforma, tendo em conta uma série de condicionantes como: aumento ou diminuição de salários, potenciais dívidas, inflação, entre outras.

Nos Estados Unidos da América (EUA) é possível perceber que os indivíduos que tiveram contacto com a literacia financeira durante o percurso escolar, não só acumularam mais riqueza ao longo dos anos, como também enveredaram pela área financeira no momento de ingresso ao ensino superior e conseqüentemente na hora de entrada no mercado de trabalho (Bernheim et al., 1997). Numa pesquisa realizada por Compen et al. (2019) concluíram que, para os alunos estarem devidamente preparados para as futuras tomadas de decisão sobre questões financeiras, os professores devem focar-se no desenvolvimento das atitudes e comportamentos e não na acumulação de conhecimento financeiro.

Apesar da literacia financeira estar mais presente nos indivíduos com rendimentos e patrimónios mais elevados, assim como um maior nível de formação existe um número elevado de pessoas que não estão preparadas para lidar com mudanças no cenário financeiro. Cartões de crédito, crédito pessoal, automóvel e habitação têm cada vez mais fácil acesso para os consumidores e por vezes possuem taxas de juro elevadas o que faz com que as pessoas que não possuem conhecimento financeiro suficiente possam facilmente contrair dívidas elevadas, podendo levar a situações de hipotecas e até insolvência (Klapper et al., 2016).

Numa pesquisa feita por Bernheim e Garret (2003) com o intuito de perceber o impacto da literacia financeira no local de trabalho, os autores concluíram que o facto de a entidade patronal providenciar instrução financeira aos seus colaboradores faz com que estes desenvolvam mais preocupação com a reforma e também que a comecem a planear de forma antecipada, começando para isso a poupar e investir os rendimentos. A pesquisa partiu da colocação de duas questões aos funcionários de diversas empresas, a primeira procurava perceber se a entidade patronal do inquirido promovia a literacia financeira e se estimulava o planeamento antecipado da reforma, e a segunda se o inquirido aproveitava o material fornecido pela empresa. As respostas obtidas demonstram que, embora mais de metade das empresas promovam a literacia financeira no local de trabalho, apenas 53,6% o fazem e dentro deste grupo, a percentagem de inquiridos que realmente aproveita o material fornecido pela entidade patronal para planear a reforma é de 76,8%.

No que toca à contratação de créditos, um estudo realizado por Lusardi e Tufano (2015) indica que os indivíduos que possuem níveis de literacia financeira mais baixos, tendem a contrair empréstimos com taxas de juros mais elevadas. Esta tendência verifica-se principalmente na população mais jovem uma vez que possuem mais produtos de crédito ao seu dispor e por vezes o conhecimento financeiro detido não permite tomar decisões acertadas e fazer uma boa gestão das dívidas. Por conseguinte, os indivíduos detentores de maior conhecimento financeiro poupam mais dinheiro em comissões dos produtos financeiros que possuem, assim como em juros, entre outras taxas (Hastings et al., 2012).

O autor Yoong (2010), resolveu estudar a relação entre literacia financeira e a tendência para adquirir ativos mobiliários ou outros produtos financeiros com risco. Os resultados indicaram que a falta de conhecimento sobre o mercado dos investimentos em ativos mobiliários faz com que os indivíduos se mostrem mais resistentes a manter as ações no longo prazo. Yoong (2010) reconhece que esta aversão ao mercado mobiliário faz com que a propensão para acumular riqueza ao longo dos anos seja menor. Por outro lado, cidadãos com maior conhecimento financeiro desempenham um papel importante no bom funcionamento dos mercados financeiros e também na estabilidade económica (Fauziah & Sari, 2019).

Numa pesquisa realizada com o intuito de avaliar os programas de educação financeira nas escolas, os resultados mostraram que nas escolas primárias e secundárias devem ser utilizadas ferramentas de aprendizagem com base em experiências, enquanto na universidade o foco deve ser as vivências específicas de cada aluno (Amagir et al., 2018). Contudo, à parte do método utilizado, Riitsalu (2018) defende que a implementação de cursos de literacia financeira, apresentam resultados positivos ao fim de 6 meses, sendo que quanto maior a formação, mais aumentam os conhecimentos financeiros dos indivíduos.

Garg e Sing (2018) num estudo a cerca do nível de literacia financeira dos jovens os autores encontraram evidências de os conhecimentos são bastantes inferiores aos esperado. Fatores como socioeconómicos e demográficos, como a idade, sexo, rendimento, estado civil e nível de escolaridade influenciam o nível de literacia financeira dos jovens.

### **1.3 Conceito de taxa de juro e taxa de inflação**

O BdP define o juro como o preço do dinheiro. Esta entidade adianta que o juro tanto pode ser o preço a pagar pelo empréstimo de uma determinada quantia de dinheiro (perspetiva do devedor), como, por outro lado, pode definir-se como a remuneração que se recebe por determinado depósito ou aplicação financeira, num certo período de tempo previamente definido (perspetiva do credor) (Banco de Portugal, 2022A).

O BCE acrescenta que uma taxa de juro representa o custo de pedir dinheiro emprestado e também o dinheiro que se ganha com um depósito ou poupança (Banco Central Europeu, 2016). Já para

Caiado (1997, p. 47) a taxa de juro consiste na “taxa de preferência entre os valores monetários atuais (para aquele que solicita atualmente um capital de empréstimo dispondo-se a pagar posteriormente um pouco mais) e os valores monetários futuros (para aquele que empresta o capital com vista a obter uma justa compensação no futuro por se ter privado de consumir no imediato)”.

Perante um mercado financeiro em que as taxas de juro não são definidas previamente por uma autoridade central, a taxa de juro vai resultar do equilíbrio entre a oferta e a procura. Quando a procura por capital aumenta, e se tudo o resto se mantiver constante a taxa de juro tem tendência para aumentar também, e o contrário também se verifica, quando a procura diminui, a taxa de juro desce conseqüentemente (Cavaco, 2013).

Já a inflação consiste no processo contínuo de aumento generalizado dos preços, observado numa economia ao longo de um determinado período de tempo. Quando os preços aumentam de forma consistente, o consumidor perde poder de compra, uma vez que a moeda que possuem já diminui de valor, o que faz com que esta desvalorização monetária provoque uma quebra no valor real da moeda afetando a capacidade de compra do consumidor (Krugman & Wells, 2006).

O preço dos bens e serviços vai variando ao longo do tempo: alguns preços sobem, outros descem. Para o BdP existe inflação quando os preços dos bens e serviços aumentam de forma generalizada (e não apenas o preço de alguns itens específicos), e esse aumento é continuado ao longo do tempo. Tendo em conta que a moeda vai perdendo valor ao longo do tempo, a inflação afeta-nos a todos de uma forma generalizada uma vez que vamos precisar de mais dinheiro para comprar os mesmos produtos e serviços (Banco de Portugal, 2022b).

Os gastos do governo e os impostos têm também influência na inflação. De acordo com Surjaningsih et al. (2012) o aumento dos gastos do governo tem um efeito positivo sobre o Produto Interno Bruto (PIB), o que faz com que sejam mais eficazes no estímulo do crescimento económico e conseqüentemente provoquem uma queda na inflação. Já os aumentos dos impostos têm um efeito negativo no PIB o que faz com que a taxa de inflação aumente.

Quando muito elevada, a inflação tem conseqüências económicas, sociais e políticas prejudiciais, devido a todas as interligações existentes entre os diversos setores (através da taxa de juro, taxa de câmbio, entre outros) devendo assim ser corrigidas de modo a não afetar o crescimento da economia e do emprego. Por esta razão o controlo da inflação é um dos principais objetivos da política económica (Banco de Portugal, 2022b).

O conceito de taxa de juro está diretamente ligado com a taxa de inflação, na medida em que as oscilações na inflação fazem com que as taxas de juros tenham que ser corrigidas (Caiado, 1997). Segundo o autor representa-se como um fator crucial na previsão das taxas de juro. A estabilidade dos preços é benéfica para a economia. Assim, no que diz respeito à zona euro, compete ao BCE manter os preços estáveis, tal não significa que os preços não aumentem, apenas se estabiliza a taxa de inflação nos 2% (Banco Central Europeu, 2022).

A relação entre a inflação e a taxa de juro constituem-se como fatores cruciais na definição da política monetária, uma vez que esta relação é importante no momento de análise e tomada de decisão no que toca à definição e seleção de objetivos e ferramentas a aplicar à política monetária. No entanto, não há unanimidade entre os economistas sobre o tipo de relação causa-efeito existente entre inflação e taxa de juro. Alguns economistas, argumentam que existe uma relação causal positiva entre a taxa de inflação e a taxa de juro, enquanto outros economistas afirmam que qualquer aumento na taxa de juros acelera a taxa de inflação. Existe uma causalidade unidirecional da inflação para a taxa de juro. Do ponto de vista da política, pode-se concluir que proporcionar estabilidade de preços é essencial para a gestão eficiente das taxas de juros (Karahana & Vilgor, 2017).

## 1.4 Crédito e endividamento

A contratação de crédito é mais comum nos países desenvolvidos do que nos países em desenvolvimento. O acesso a produtos de crédito é, de forma geral, concedido com mais facilidade a pessoas com bons rendimentos, com boa formação ou com uma literacia financeira mais elevada, que os torna mais experientes no que toca às questões financeiras (Klapper et al., 2016).

Alguns estudos indicam que nos países desenvolvidos 51% dos adultos usa cartão de crédito, enquanto nos países em desenvolvimento, apenas 11% da população utiliza este produto. Embora muitos cidadãos sejam adeptos da utilização de crédito de curto prazo, apenas 40% do grupo possui conhecimento financeiro à cerca desses produtos (Klapper et al., 2016).

Segundo Pascoal (2012), o acesso ao crédito tornou-se mais facilitado para os portugueses fruto da diminuição das taxas de juro. Para muitos deles compensava antecipar o consumo de bens e de serviços, mesmo que isso significasse endividar-se, uma vez que o custo (taxa de juro) era reduzido. Para Fernandes et al. (2014), o desenvolvimento do sistema financeiro e o progresso nas soluções contra o risco também contribuiu para que o crédito estivesse presente em cada vez mais famílias portuguesas, o que também contribuiu para que o património destas famílias aumentasse através dos investimentos em imobiliário, ativos financeiros, entre outros bens.

De acordo com o Inquérito à Situação Financeira das Famílias (ISFF) realizado pelo BdP e pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2010, 38% das famílias inquiridas recorrem ao crédito para financiar o consumo, sendo que dessas famílias endividadas 24,5% contraíram dívida para aquisição de Habitação Própria Permanente (HPP) e apenas 3,3% para aquisição de habitações com outro tipo de finalidade. Analisando dados respeitantes ao ISFF de 2017 é possível concluir que a percentagem de famílias endividadas aumentou para os 45%, tendo-se verificado que deste grupo de famílias endividadas, 75% pertencem ao grupo etário dos 35 aos 44 anos.

Em 2019, os créditos contratados pelas famílias portuguesas voltaram a aumentar, embora se continuassem a manter longe dos montantes registados no período pré-crise, consequência dos mínimos históricos que as taxas de juros de concessões de empréstimo atingiram (Banco de Portugal, 2019).

Farinha e Costa (2012), indicam que cada vez que o rendimento disponível das famílias aumenta em 1 Ponto Percentual (PP), o endividamento aumenta conseqüentemente em 3,99 PP. As famílias tendem a consumir mais ao receberem um rendimento mais elevado e para tal acabam por recorrer ao endividamento.

Fernandes et al. (2014), através dos estudos realizados concluíram que o desenvolvimento do sistema financeiro, acompanhado de uma redução da taxa de juro contribuíram para que as restrições de contratação de crédito diminuíssem, o que fez com que cada vez mais famílias portuguesas financiassem o seu consumo através de empréstimos. O facto de terem esses financiamentos à disposição de uma forma mais facilitada fez com que a taxa de poupança das famílias diminuísse significativamente. Também foi possível notar que são as famílias com rendimentos mais elevados que contraem mais empréstimos como meio de financiamento do consumo.

A análise do endividamento das famílias, segundo Farinha e Costa (2012), tem sido importante, dado o elevado nível de dívida deste setor e o aumento das situações de incumprimento no serviço da dívida. O aumento considerável do endividamento nas famílias portuguesas, torna-se um fator de distúrbio do bem-estar não só financeiro como psicológico, o que faz com que o endividamento aumente ainda mais e por vezes se acabe em situações de incumprimento levando a pedidos de insolvência. Estas situações provocam um desequilíbrio significativo ao nível do orçamento familiar o que provoca várias consequências a nível social e psicológico, levando a situações de stress financeiro (Worthington, 2006).

Segundo o Observatório do Endividamento dos Consumidores (2002) a análise do endividamento das famílias, tem sido importante, como meio de prevenção do sobre-endividamento e também como forma de detetar as causas que levam a esta situação tendo em conta que uma das consequências que também se verifica quando se entra em situações de sobre-endividamento é a redução drástica no consumo. Esta redução vai se sentir diretamente no crescimento do PIB, que por sua vez também irá reduzir, o que resultará num abrandamento do crescimento económico.

## 1.5 Comportamento de poupança dos rendimentos e acumulação de riqueza

No dia-a-dia de cada um, é comum lidar-se com bastante frequência com dinheiro. No entanto, tal não implica que este seja sempre gerido de forma otimizada. Para Alves (2012) a poupança corresponde à diferença positiva entre o rendimento disponível e os gastos de consumo. Se esta diferença for negativa, significa que estamos perante uma situação de endividamento.

Segundo dados do PORDATA, a taxa de poupança das famílias em função do rendimento disponível tem vindo a baixar ao longo dos anos. Em 1995 atingiu o valor mais alto dos últimos 27 anos tendo ascendido aos 14,8%. Foi em 2014 que se registou a taxa de poupança mais reduzida, tendo atingido os 6,9%. Os dados mais recentes, ainda que provisórios, apontam para uma subida significativa da taxa de poupança no ano de 2020, no valor de 13% fruto da pandemia de COVID-19 que teve um grande impacto na economia portuguesa. Muitas famílias foram forçadas a param de trabalhar, grande parte começou a fazê-lo a partir de casa o que fez com que as decisões de consumo e de poupança sofressem alterações. De acordo com o ISFF 2020, 69,2% das famílias em Portugal consideraram que a sua situação financeira era semelhante à anterior à pandemia, 27,8% consideraram que piorou e 3,0% consideraram que melhorou.

Durante o período de 1995 e 2020 notou-se um aumento significativo nas taxas de poupança no ano de 2006, fruto do aumento das taxas de juro, que fez com que, tendo em conta o nível elevado de endividamento, as famílias reduzissem a poupança para manter os níveis de consumo. Os autores Fernandes et al. (2014), argumentam que as diminuições das taxas de juro também podem contribuir para a redução da taxa de poupança das famílias, na medida em que uma taxa de juro baixa representa um baixo custo na contratação de empréstimos o que significa que as famílias, ao terem ao seu dispor um financiamento ao consumo barato não sentem tanta necessidade de poupar os rendimentos.

No que toca à distribuição da poupança e taxa de poupança em Portugal, através de um estudo realizado por Alves e Cardoso (2010), foi possível evidenciar que existe uma elevada desigualdade na distribuição da poupança, já que mais de 90% do total da poupança é gerada por apenas 20% das famílias portuguesas. Para além disso existem muitas famílias que reportam níveis de poupança negativos, o que significa que se encontram em situação de endividamento. Já num Inquérito realizado pelo BdP, mais de metade das respostas indicavam que não faziam poupanças (Banco de Portugal, 2010). Ainda no primeiro estudo enunciado, foi também possível concluir que grande parte da poupança é gerada pelas famílias com maiores níveis de rendimentos.

Desde ano de 1986 tornou-se muito comum a riqueza das famílias estar afeta a depósitos a prazo, títulos, ações, seguros financeiros entre outros. Devido às alterações no sistema financeiro, foi possível desenvolver novos produtos de forma a garantir a capitalização da riqueza e de certa forma

usá-los como fundo de emergência para eventuais alterações de desemprego, baixa prolongada ou divórcio (OCDE, 2013).

Para o BdP a riqueza total de uma família corresponde a valor de todos os ativos reais e financeiros, após dedução de todo o valor de dívidas contraídas (ISFF, 2020). A riqueza não financeira corresponde à soma dos valores de mercado da HPP, e outro tipo de habitações, terrenos, garagens, entre outros. Também estão incluídos os ativos mobiliários e os ativos intangíveis, como as marcas, direitos de autor e patentes, assim como alguns bens de caráter valioso como é o caso das joias ou obras de arte. No que diz respeito ao cálculo da riqueza financeira deve-se somar os montantes em depósitos à ordem e à prazo, incluindo certificados de aforro e do tesouro, montantes investidos em ações, fundos de investimento, participações em empresas, seguros financeiros, entre outros. Por fim, a dívida engloba o valor de todos os empréstimos contraídos, quer para aquisição de imóveis, automóveis e outros bens de consumo. As dívidas dos cartões de crédito e descobertos bancários estão também incluídas nesta rubrica (Farinha & Costa, 2012).

A distribuição da riqueza é uma questão que tem vindo a ser bastante discutida ao longo dos anos. A desigualdade na sua distribuição é facilmente notada, o que gera julgamentos políticos e sociais contraditórios. Farinha e Costa (2012) consideram que parte da responsabilidade da pobreza existente é sobretudo desta desigualdade, que faz com que muitas famílias não tenham riqueza suficiente para investir em educação e em negócios próprios. Outro impacto da desigualdade na distribuição da riqueza que é notado principalmente nos países em desenvolvimento, é o facto de existir uma classe alta que possui um elevado nível de riqueza acabando por retirar recursos necessários ao Estado, deixando-o com menos capacidade pra investir em setores que potencializam o desenvolvimento do país, como é o caso da tecnologia, ciência e educação. Esta desigualdade existente provoca instabilidade económica, aumenta os níveis de criminalidade e enfraquece a coesão social afetando a sociedade e a economia do país.

Num estudo realizado por Davies e Shorrocks (2000), foi possível concluir que a esperança média de vida dos indivíduos aumenta significativamente com os rendimentos e com a riqueza de cada um. O acesso a seguros de saúde e a possibilidade de recorrer a hospitais e clínicas privadas está na origem desta discrepância. Nos EUA, a esperança média de vida aumentou entre 1990 e 2000, coincidindo assim com o aumento da riqueza das famílias.

## **1.6 Investimentos financeiros e diversificação de risco**

Quando os indivíduos conseguem poupar parte do seu rendimento, o próximo passo passa por investir parte desses recursos, de modo a conseguir de alguma forma capitalizar as poupanças. Um investimento traduz-se numa aplicação de recursos financeiros, a fim de obter um determinado rendimento. Este pode ser apresentado sob a forma de juros, dividendos e mais-valias e

corresponde aos fluxos de dinheiro que são gerados pelos investimentos num determinado horizonte temporal (Instituto de Formação Bancária, 2005).

Para Santos (2012<sup>a</sup>) um investimento, de maneira geral, corresponde a uma aplicação de capital em meios de produção a fim de aumentar a capacidade produtiva, ou seja, em bens de capital. Um projeto de investimento pode ser entendido como uma proposta de aplicação de capital num conjunto de recursos relativamente escassos, feita com a intenção de gerar no futuro um fluxo de bens e serviços de valor bem determinado através do qual se pretende atingir objetivos de natureza empresarial e social.

Holanda (1975) define investimentos como uma proposta de aplicação de um determinado recurso a fim de obter um determinado benefício no futuro, neste caso um aumento de capital que é o chamado lucro. Do ponto de vista financeiro, o investimento corresponde à imobilização de recursos no sentido de que estes são aplicados com o objetivo de permanecer investidos na atividade selecionada por um período de longo prazo. Já Sandroni (1999) apresenta o investimento como uma aplicação de recursos, onde é expectável a geração de lucros, por norma no longo prazo. Num sentido amplo, o termo aplica-se tanto à compra de equipamentos, como à compra de títulos financeiros.

Relacionando este conceito com o de literacia financeira, o investimento nada mais é do que uma estratégia de rentabilização de poupanças. Assim, para se estudar os comportamentos de investimento de uma população, é necessário incluir as principais características dos produtos: a rentabilidade e o risco. A rentabilidade é a taxa de rendimento gerada pelo investimento durante um determinado período de tempo e o risco representa a incerteza relativa à obtenção dessas rentabilidades futuras (Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, 2005).

A carteira de investimentos constituída por cada indivíduo está diretamente relacionada com os rendimentos disponíveis e o comportamento de cada um face ao risco. Nem todos os indivíduos conseguem adquirir conhecimento suficiente para investir com segurança, o que faz com que sejam tomadas diferentes decisões financeiras. Um indivíduo que possui um nível de literacia financeira mais elevado entende com maior facilidade conceitos como rentabilidade e risco, vai conseqüentemente tomar decisões de investimento com mais confiança e também vão possuir menos aversão ao risco (Li et al., 2020). Lusardi et al. (2013) acrescenta ainda que estas pessoas tendem a ser mais participativas no mercado financeiro e a ter carteiras de investimentos mais variadas e conseqüentemente maior acumulação de riqueza.

Perante os investimentos a componente do risco está sempre subjacente. O Risco é entendido na literatura financeira, como a possibilidade de acontecer algo indesejável no decorrer de uma transação. Tanto este fator como o da rentabilidade devem ser tidos em consideração na aplicação das poupanças e não considerar apenas a rentabilidade proporcionada pelos produtos financeiros, como acontece em diversas situações. No entanto, existem vários tipos de risco associados aos

produtos financeiros, que é fundamental conhecer na hora de investir e também perceber qual a relação entre rentabilidade esperada e risco (Sanches, 2019).

Para um investidor alcançar um menor nível de risco deve construir uma carteira diversificada, ou seja, com vários ativos podendo assim atingir um nível de risco menor do que o risco associado ao ativo mais seguro da carteira (Cantú & Menezes, 2009).

No que toca à rentabilidade dos investimentos, os produtos podem-se enquadrar em três grupos: produtos com rendimento fixo, produtos de rendimento variável e também os produtos com rendimento misto. Os produtos de rendimento fixo são aqueles onde a rentabilidade é conhecida à priori, assim como o prazo do produto, como é o caso dos depósitos a prazo. Os produtos de rendimentos variáveis são ativos onde não é conhecido previamente a remuneração do produto, até porque em alguns dos produtos não está definido o prazo, sendo os fundos de investimento um exemplo de produto financeiro que se enquadra nesta categoria. Já os produtos de rendimento misto caracterizam-se por ter uma componente de rendimento fixo e outra de rendimento variável (Instituto de Formação Bancária, 2005).

Analisando os vários tipos de risco, na hora de investir, deve-se estar preparado para lidar com risco global e risco de mercado. O risco global inerente a um produto financeiro corresponde à possibilidade de haver divergências entre a rentabilidade esperada inicialmente e a que efetivamente obteve no final do período do investimento. Por último, o risco do mercado que se traduz nas oscilações que podem ocorrer na valorização de um produto resultante de acontecimentos no mercado onde este está inserido, como variações na taxa de juro, na taxa de câmbio, risco de liquidez, entre outros fatores (Andrade, 2016).

O principal objetivo de um investidor é aumentar o nível de riqueza, através dos investimentos. Ainda assim, cada investidor tem diferentes comportamentos e atitudes em relação ao risco, ou seja, cada um possui o seu próprio perfil de investidor. É através deste perfil que se escolhem os investimentos mais adequados para cada indivíduo de forma a sentirem-se confortáveis com o risco de perdas associados a cada tipo de produto. Os objetivos de poupança de cada indivíduo, estão relacionados com o perfil de investidor. Por exemplo, alguém que pretenda poupar dinheiro para despesas de curto prazo, deverá investir as poupanças em produtos que tenham prazos e riscos menores, e quem poupa numa perspetiva de longo prazo, poderá investir em produtos com maior risco e, com isso obter maiores rentabilidades esperadas. Também os traços de personalidade dos indivíduos influenciam a tolerância ao risco. Segundo o autor Bortoli et al. (2019) indivíduos extrovertidos e mais recetivos a novas experiências são apresentam, por norma, uma boa tolerância ao risco assim como aqueles que possuem excesso de confiança (Instituto de Formação Bancária, 2005).

## **2. Metodologia**

A metodologia consiste na aplicação de procedimentos e técnicas que levam à construção do conhecimento. Através da recolha e processamento de dados é possível solucionar a problemática em causa (Prodanov & Freitas, 2013).

Ao longo deste capítulo através dos tópicos abaixo apresentados, é exposta a metodologia do trabalho. Dá-se a conhecer os objetivos, o método adotado para fazer a recolha de dados e também é apresentada a população e amostra em estudo.

### **2.1 Objetivos do estudo e hipóteses de investigação**

A temática em causa foi oportunamente explanada na revisão da literatura, sendo que a literacia financeira tem vindo a revelar-se cada vez mais importante e decisiva no dia-a-dia dos portugueses. Com as crises económicas resultantes da pandemia da COVID-19, da guerra Rússia-Ucrânia entre outros fatores que contribuem direta ou indiretamente para a instabilidade económica, cada vez mais os cidadãos devem ter a preocupação de se preparar para lidar com fenómenos como a subida

das taxas de juros e subida da taxa de inflação, o que pode originar a diminuição do património dos indivíduos e o aumento do endividamento.

O presente trabalho de investigação tem origem na pergunta de partida: “Qual o impacto na literacia financeira do endividamento e dos recursos financeiros de funcionários públicos?”. Tendo-a como base e com o apoio da revisão da literatura apresentada anteriormente, construíram-se as hipóteses de investigação apresentadas de seguida.

A elevada literacia financeira faz com que as pessoas estejam mais propensas a fazer investimentos com risco segundo Fauziah e Sari (2019), contribuindo para a estabilidade económica. Van Rooij et al. (2011) concordam com esta teoria, acrescentando que a participação no mercado de ações é proporcional ao nível da literacia financeira. Surgem assim as Hipóteses de Investigação (HI) apresentadas abaixo:

- **HI1A:** A literacia financeira relaciona-se de forma positiva pelo valor do património financeiro.
- **HI1B:** A literacia financeira relaciona-se de forma positiva pelo total de produtos financeiros contratados.

Segundo Klapper et al. (2016) as pessoas com um maior nível de endividamento e com um maior número de produtos de crédito contratados possuem um nível de literacia financeira mais baixo. Assim, formularam-se as seguintes hipóteses:

- **HI2A:** A literacia financeira relaciona-se de forma negativa com o nível de endividamento.
- **HI2B:** A literacia financeira relaciona-se de forma negativa com o total de produtos de crédito contratados.

Nogueira (2011) defende que um nível de literacia financeira mais elevado é verificado nos trabalhadores que possuem um rendimento mensal líquido também mais elevado. O Banco de Portugal (2010), confirma esta teoria, argumentando que os níveis mais reduzidos de literacia financeira se verificam naqueles indivíduos que possuem rendimentos mais reduzidos. Assim sendo, construiu-se a seguinte hipótese de investigação:

- **HI3:** A literacia financeira relaciona-se de forma positiva com o rendimento mensal líquido de cada indivíduo.

Para Santos (2012b) as pessoas que possuem licenciaturas ou outros graus académicos superiores na área das ciências sociais possuem mais conhecimento financeiro. Com base neste estudo construiu-se a seguinte hipótese:

- **HI4:** A literacia financeira está positivamente relacionada com a área de estudos.

Um nível de habilitações literárias mais avançado faz com que os indivíduos tenham um nível de literacia financeira mais elevado (Santos & Abreu, 2013). Partindo desta premissa, construiu-se a seguinte hipótese de investigação:

- **HI5:** A literacia financeira relaciona-se de forma positiva com o grau das habilitações literárias.

No ponto seguinte apresenta-se o método de recolha de dados e o questionário.

## 2.2 Método de recolha de dados e questionário

Partindo do objetivo de estudar o impacto da literacia financeira no endividamento e nos recursos financeiros dos funcionários públicos, aplicou-se um breve inquérito por questionário (Ver anexo A) dividido em três partes, tendo como principais objetivos:

- Aferir questões sociodemográficas dos inquiridos, como por exemplo: sexo, idade, habilitações literárias, assim como a área de estudos, o nível de rendimentos e ainda o setor onde desenvolve atividade laboral;
- Avaliar os conhecimentos financeiros, através de perguntas que envolvem conceitos como: taxa de juro, taxa de inflação e diversificação de risco;
- Entender o comportamento dos inquiridos, não só no que é referente ao endividamento e contratação de produtos de crédito, como também ao investimento e acumulação de recursos financeiros.

Na segunda parte do questionário, adotaram-se as “*The big five questions*”, perguntas desenvolvidas pelas professoras Annamaria Lusardi e Olivia Mitchell que permitem aferir o nível de literacia financeira dos inquiridos (Lusardi & Mitchell, 2006).

O questionário foi desenvolvido na plataforma *Google Forms* e foi difundido através de email por todos os docentes e não docentes do Instituto Politécnico de Bragança (IPB), assim como para os emails das Câmaras Municipais que compõem o distrito de Bragança.

Com os resultados obtidos e para uma melhor análise e interpretação dos dados pretende-se realizar a estatística descritiva e a representação dos resultados em tabelas. Numa segunda fase e indo de encontro ao objetivo deste estudo, faz-se uma análise econométrica, de modo a perceber em que medida o nível de literacia financeira se relaciona com o comportamento dos inquiridos face ao endividamento e à acumulação de recursos financeiros.

## 2.3 População e amostra

Dada a dificuldade acrescida em estudar os comportamentos financeiros e a literacia financeira possuída pela generalidade dos funcionários públicos de Portugal, optou-se por restringir a pesquisa aos funcionários de algumas instituições públicas ao distrito de Bragança. O questionário foi então divulgado no IPB e nos vários municípios que compõem o distrito. Recorrendo à base de dados transparência.gov.pt, com dados referentes ao ano 2022, pode-se constatar que a população objeto de estudo é constituída por 3177 funcionários públicos, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1: Funcionários públicos do distrito de Bragança, por município e no IPB

<b>Entidade</b>	<b>N.º funcionários</b>
Município de Alfândega da Fé	192
Município de Bragança	334
Município de Carrazeda De Ansiães	130
Município de Freixo De Espada À Cinta	184
Município de Macedo De Cavaleiros	267
Município de Miranda Do Douro	162
Município de Mirandela	362
Município de Mogadouro	174
Município de Torre De Moncorvo	144
Município de Vila Flor	144
Município de Vimioso	152
Município de Vinhais	172
IPB	760
<b>TOTAL</b>	<b>3177</b>

Fonte: transparência.gov.pt

Como resultado da aplicação dos questionários conseguiu-se um total de 257 respostas, sendo a amostra uma amostra por conveniência. Partindo de uma população com 3177 indivíduos, conforme apresentado anteriormente e trabalhando com um nível de confiança de 95%, calculou-se a margem de erro, com base na fórmula apresentada em [1] (Vicente, 2012):

$$\varepsilon = \frac{Z\sqrt{p(1-p)}}{n} \quad [ 1 ]$$

Considerando:

$\varepsilon$  = Margem de erro máximo

Z = Valor da tabela Z (Para um nível de confiança de 95%, Z=1,96)

p = Proporção estimada (usualmente 0,5)

n = Tamanho da amostra

$$\varepsilon = \frac{1,96\sqrt{0,5(1-0,5)}}{257} \quad [ 2 ]$$

Resolvida a equação, conclui-se que a margem de erro é de, aproximadamente 0,06.

## 2.4 Modelo em estudo

Com o objetivo de estudar os fatores que melhor explicam a literacia financeira, estimou-se um modelo, pelo método *Ordinary Least Squares* (OLS) que estuda a relação entre uma variável dependente e um conjunto de variáveis independentes, conforme apresenta a Tabela 3, constituindo-se como um modelo linear geral estocástico, uma vez que inclui o termo de erro,  $\mu$  conforme apresenta o modelo [3]:

$$ILF = \beta_0 + \beta_1 TPF + \beta_2 VPF + \beta_3 TPC + \beta_4 NE + \beta_5 AL + \beta_6 RML + \beta_7 AE + \beta_8 HL + \beta_9 IDD + \beta_{10} GNR + \beta_{11} TDF + \mu \quad [3]$$

As variáveis encontram-se definidas na Tabela 2.

Tabela 2: Variáveis do modelo.

Designação	Variável	Constituição da variável
ILF	Índice de literacia financeira	<b>0 a 1</b> , sendo que 0 é o valor que representa o menor índice e 1 representa o maior índice.
TPF	Total dos produtos financeiros	<b>0 a 7</b> , sendo que 0 representa os inquiridos que não têm qualquer produto de crédito e 7 aqueles que possuem todos os produtos apresentados no questionário
VPF	Valor do património financeiro	<b>1</b> – Inferior a 20 000€ <b>2</b> – Entre 20 000€ e 60 000€ <b>3</b> – Entre 60 000 e 120 000€ <b>4</b> – Superior a 120 000€
TPC	Total dos produtos de crédito	<b>0 a 4</b> , sendo que 0 representa os inquiridos que não têm qualquer produto financeiro e 4 aqueles que possuem todos os produtos apresentados no questionário
NE	Nível de endividamento	<b>1</b> – Sem endividamento <b>2</b> – Inferior a 20 000€ <b>3</b> – Entre 20 000€ e 60 000€ <b>4</b> – Entre 60 000 e 120 000€ <b>5</b> – Superior a 120 000€
AL	Atividade laboral	<b>Variável dummy</b> <b>1</b> – Estabelecimento de ensino <b>0</b> – Caso contrário
RML	Rendimento mensal líquido	<b>1</b> – Até 750€ <b>2</b> – Entre 751€ e 1500€ <b>3</b> – Entre 1501€ e 2500€ <b>4</b> – Entre 2501€ e 3500€ <b>5</b> – Entre 3501€ e 5000€ <b>6</b> – Acima de 5000€
AE	Área de estudos	<b>Variável dummy</b> <b>1</b> – Ciências sociais <b>0</b> – Caso contrário

Designação	Variável	Constituição da variável
HL	Habilitações literárias	1 – Ensino básico 2 – Ensino Secundário 3 – Licenciatura 4 – Mestrado 5 – Doutoramento
IDD	Idade	1 – Entre 21 e 30 anos 2 – Entre 31 e 50 anos 3 – Mais de 50 anos
GNR	Género	<b>Variável <i>dummy</i></b> 1 – Feminino 0 – Caso contrário
TDF	Tomada de decisões financeiras	<b>Variável <i>dummy</i></b> 1 – Toma as decisões em conjunto com outra pessoa 0 – Caso contrário

Fonte: elaboração própria

A Tabela 3 apresenta o sinal esperado de cada uma das variáveis, a sua relação com as HI definidas e os estudos que serviram de base à sua utilização.

Tabela 3: Sinal esperado das variáveis explicativas do modelo [3]

Variável	Sinal esperado	Hipótese de Investigação	Autores
VPF	+	H1A	Van Rooij et al. (2011)
TPF	+	H1B	Fauziah e Sari (2019)
TPC	-	H2B	Klapper et al. (2016)
NE	-	H2A	Klapper et al. (2016)
AL	+		Pires (2014)
RML	+	H3	Nogueira (2011)
AE	+	H4	Santos (2012b)
HL	+	H5	Santos e Abreu (2013)
IDD	+		Moore (2003)
TDF	+		Lusardi & Mitchell (2008)

Fonte: elaboração própria

Na secção seguinte apresentam-se os principais resultados do estudo efetuado.

### **3. Análise e discussão de resultados**

Nesta secção são apresentados os dados recolhidos com a aplicação do questionário. Como forma de responder à pergunta de partida e às respetivas hipóteses de investigação construídas na metodologia, construiu-se um índice de literacia financeira, estatísticas descritivas e fez-se as tabelas de contingência com as restantes variáveis do questionário, assim como a matriz de correlações e uma regressão linear múltipla. Como ferramenta de apoio à construção e manipulação da base de dados utilizou-se o programa *Microsoft Excel* e posteriormente utilizaram-se os programas *IBM SPSS Statistics 27* e *Gretl*.

Numa fase inicial, importa perceber as características da amostra e para isso apresenta-se de seguida a estatística descritiva das variáveis em estudo. De seguida são discutidos os resultados obtidos no questionário. Para tal, construiu-se um índice que mede a literacia financeira de cada inquirido e posteriormente cruzou-se esse índice com as variáveis em estudo e variáveis de controlo, apresentando os resultados em tabelas de contingência. Segue-se a matriz de correlações e o modelo de regressão linear múltipla.

### 3.1 Estatística descritiva

Como forma de analisar e interpretar de forma mais simples e imediata os resultados da aplicação dos questionários, considerou-se importante apresentar a estatística descritiva das variáveis, nomeadamente tabelas de frequências absolutas e relativas.

Na Tabela 4 encontram-se apresentados os dados sociodemográficos da amostra. É possível perceber que a maior percentagem de respostas pertence aos indivíduos com idades compreendidas entre o 31 e 50 anos, representando 53,3% dos inquiridos. No que toca ao género as percentagens foram muito similares, tendo-se obtido 49,8% de respostas do sexo feminino e 50,2% do sexo masculino. Na pergunta que tinha como objetivo aferir o número do agregado familiar do inquirido, conclui-se que a resposta obtida com maior frequência foi a de agregado familiar com 3 elementos, tendo ficado muito próxima a resposta que indicava que o agregado familiar totalizava 4 elementos, sendo as percentagens de 31,1% e 29,6%, respetivamente.

Tabela 4: Dados sociodemográficos da amostra.

<b>IDADE</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Até 20 anos	0	0%
Entre 21 e 30 anos	27	10,5%
Entre 31 e 50 anos	137	53,3%
Mais de 50 anos	93	36,2%
<b>TOTAL</b>	<b>257</b>	<b>100%</b>
<b>GÉNERO</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Feminino	128	49,8%
Masculino	129	50,2%
Outro	0	0%
<b>TOTAL</b>	<b>257</b>	<b>100%</b>
<b>AGREGADO FAMILIAR</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
1	54	21%
2	45	17,5%
3	80	31,1%
4	76	29,6%
5	2	0,80%
<b>TOTAL</b>	<b>257</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

Relativamente aos dados académicos e profissionais da amostra, encontram-se representadas as respostas obtidas na Tabela 5. Tal como esperado, tendo em consideração que o questionário foi divulgado entre docentes de uma instituição de ensino superior, a habilitação literária verificada com mais frequência foi licenciatura, seguida de doutoramento, com as percentagens 38,9% e 30,4%, respetivamente. Quanto à área de estudos e à semelhança do que se verificou com a variável habilitações literárias, a área das ciências sociais e ciências tecnológicas representam 32,3% e 19,1%, respetivamente, das respostas dos inquiridos. No que toca ao rendimento mensal líquido dos inquiridos e seguindo a lógica das respostas anteriores, o mais espectável de ter maior frequência seria o intervalo de 1500€ a 2500€ e tal verificou-se, representando 39,7% dos inquiridos. Por último, na pergunta que pretende identificar o local onde é exercida a atividade laboral do inquirido tem-se que do total de 257 pessoas que constituem a amostra, 126 trabalham em Câmaras Municipais, representados na resposta administração pública e 122 em estabelecimentos de ensino, neste caso, no IPB. Os restantes 9 responderam “Outros” a esta questão.

Tabela 5: Dados académicos e profissionais da amostra

<b>HABILITAÇÕES LITERÁRIAS</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Ensino básico	2	0,8%
Ensino secundário	35	13,6%
Licenciatura	100	38,9%
Mestrado	42	16,3%
Doutoramento	78	30,4%
<b>TOTAL</b>	<b>257</b>	<b>100%</b>
<b>ÁREA DE ESTUDOS</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Ciências da saúde	21	8,2%
Ciências físicas	5	1,9%
Ciências naturais	11	4,3%
Ciências sociais	83	32,3%
Ciências tecnológicas	49	19,1%
Humanidade	29	11,3%
Não aplicável	59	23,0%
<b>TOTAL</b>	<b>257</b>	<b>100%</b>

<b>RENDIMENTO MENSAL LÍQUIDO</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Até 750€	19	7,4%
Entre 751€ e 1500€	77	30%
Entre 1501€ e 2500€	102	39,7%
Entre 2501€ e 3500€	34	13,2%
Entre 3501€ e 5000€	22	8,6%
Acima de 5000€	3	1,2%
<b>TOTAL</b>	<b>257</b>	<b>100%</b>

  

<b>ATIVIDADE LABORAL</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Administração pública	126	49%
Estabelecimentos de ensino	122	47,8%
Outros	9	3,2%
<b>TOTAL</b>	<b>257</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

A segunda secção do questionário pretende avaliar os conhecimentos financeiros detidos pelos inquiridos. Tal como foi mencionado anteriormente na metodologia, esta secção contempla as perguntas desenvolvidas pelas professoras Annamaria Lusardi e Olivia Mitchell que, segundo as autoras são essenciais e suficientes para medir o nível de literacia financeira (Lusardi & Mitchell, 2006).

A primeira pergunta, que requeria conhecimentos sobre taxas de juro, obteve uma percentagem de respostas certas de 75,90%. Já a segunda pergunta, para além do conhecimento em taxas de juro exigia também compreensão do conceito de taxa de inflação tendo sido possível obter 212 respostas corretas, constituindo uma percentagem de 82,5%. A terceira pergunta, relacionada com investimentos e diversificação de risco foi respondida corretamente por 61,5% da amostra. Já a quarta pergunta obteve uma percentagem similar, na ordem dos 67,3%, sendo esta relacionada com o crédito habitação e as respetivas taxas de juro. Na quinta e última pergunta alusiva à influência das taxas de juro no preço dos títulos, apenas 10,5% da amostra respondeu corretamente, o que resulta num total de 27 inquiridos, conforme apresentado na Tabela 6.

Tabela 6: Questões que avaliam a literacia financeira

<i>Suponha que tem 100€ numa conta poupança e taxa de juro de 2%/ano. Após 5 anos, quanto teria na conta se deixasse o dinheiro crescer?</i>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Exatamente 102€	22	8,6%
Mais de 102€	195	75,9%
Menos de 102€	29	11,3%
Não sei	11	4,3%
<b>TOTAL</b>	<b>257</b>	<b>100%</b>

<i>Imagine que a taxa de juro da sua conta poupança é de 1%/ano e a taxa de inflação é de 2%/ano. Após 1 ano, quanto poderia comprar com o dinheiro desta conta?</i>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Exatamente o mesmo	13	5,1%
Mais do que hoje	5	1,9%
<i>Menos do que hoje</i>	212	82,5%
Não sei	27	10,5%
<b>TOTAL</b>	<b>257</b>	<b>100%</b>

  

<i>Indique se esta afirmação é verdadeira ou falsa: “Comprar ações de uma única empresa geralmente oferece um retorno mais seguro do que um fundo de ações”</i>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
<i>Falsa</i>	158	61,5%
Verdadeira	18	7%
Não sei	81	31,5%
<b>TOTAL</b>	<b>257</b>	<b>100%</b>

  

<i>Indique se esta afirmação é verdadeira ou falsa. “Um crédito habitação por 15 anos normalmente exige prestações mensais mais altas do que um crédito habitação de 30 anos, mas os juros totais ao longo da vida do empréstimo serão menores.</i>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Falsa	65	25,3%
<i>Verdadeira</i>	173	67,3%
Não sei	19	7,4%
<b>TOTAL</b>	<b>257</b>	<b>100%</b>

  

<i>Se as taxas de juros subirem, o que normalmente acontece com os preços dos títulos?</i>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Sobem	111	43,2%
<i>Descem</i>	27	10,5%
Não há relação entre as taxas de juro e os títulos	54	21,0%
Não sei	65	25,3%
<b>TOTAL</b>	<b>257</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

Nota: as respostas corretas às perguntas apresentadas na tabela estão destacadas a itálico.

A última parte do questionário tinha como principal objetivo entender o comportamento dos inquiridos face a questões financeiras, como endividamento e os recursos financeiros. Na pergunta que pretendia entender quem tomava decisões financeiras no agregado familiar de cada um dos inquiridos, 172 responderam que as decisões eram tomadas em conjunto com outra pessoa, o que equivale a uma percentagem de 66,9%. Apenas 3 inquiridos responderam que as decisões eram tomadas por outra pessoa, enquanto que as restantes 82 responderam que as decisões eram

tomadas sozinhas. No que toca ao nível de endividamento, confirma-se que 29,2% da amostra não tem qualquer endividamento, sendo que a segunda maior percentagem verifica-se no intervalo entre 60 000€ e 120 000€, representando 18,7% da população. Os produtos contratados com mais frequência pelos inquiridos são os cartões de crédito e crédito habitação, sendo que 64,9% e 62,6% respetivamente, da amostra têm estes produtos. Relativamente ao valor do património financeiro e respetiva aplicação desse valor, 48,2%, quase metade da amostra tem um património financeiro inferior a 20 000€ e apenas 3,5% dos inquiridos tem património financeiro que ascende aos 120 000€, o que corresponde a 9 inquiridos. No que toca aos produtos financeiros contratados por cada inquirido, 99,6% da amostra possui conta de depósitos à ordem e 76,7% conta de depósitos a prazo/conta poupança. Já os PPR são detidos por 148 inquiridos o que corresponde a uma percentagem de 48,2% quase metade da amostra, enquanto que produtos com uma componente de risco mais elevada como fundos de ações e ações e/ou obrigações, apenas são detidos por 11,8% e 12,8% da amostra, respetivamente, conforme apresentado na Tabela 7.

Tabela 7: Questões que avaliam o comportamento financeiro

<i>Responsável por tomar as decisões financeiras no seu agregado familiar</i>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
As decisões são tomadas por outra pessoa	3	1,2%
Toma as decisões em conjunto com outra pessoa	172	66,9%
Toma as decisões sozinho (a)	82	31,9%
<b>TOTAL</b>	<b>257</b>	<b>100%</b>
<i>Nível de endividamento</i>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Sem endividamento	<b>75</b>	29,2%
Inferior a 20 000€	44	17,10%
Entre 20 000€ a 60 000€	31	12,1%
Entre 60 000€ e 120 000€	48	18,7%
Superior a 120 000€	13	5,1%
Não sei	46	17,9%
<b>TOTAL</b>	<b>257</b>	<b>100%</b>

<i>Entre os produtos de crédito apresentados, assinale aqueles que possui ou já possuiu</i>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Cartão de crédito	167	64,9%
Crédito habitação	161	62,6%
Crédito automóvel	74	28,8%
Crédito pessoal	57	22,2%
Outros produtos de crédito	5	1,95%
Nunca possuí produtos de crédito	32	12,45%
<b>Valor do património financeiro</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Inferior a 20 000€	124	48,2%
Entre 20 000€ a 60 000€	61	23,7%
Entre 60 000€ e 120 000€	34	13,2%
Superior a 120 000€	9	3,5%
Não sei	29	11,3%
<b>TOTAL</b>	<b>257</b>	<b>100%</b>
<i>Da lista de produtos financeiros apresentada, assinale aqueles que possui ou já possuiu</i>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Conta de depósitos à ordem	256	99,6%
Conta de depósitos a prazo/Contas poupança	197	76,7%
Certificados de aforro/ Obrigações de tesouro	64	24,9%
Plano Poupança Reforma (PPR)	124	48,2%
Seguros financeiros	40	15,6%
Fundos de ações	30	11,8%
Ações e/ou obrigações	33	12,8%

Fonte: elaboração própria

### 3.2 Construção do índice de literacia financeira

Como meio de medição do nível de literacia financeira construiu-se um índice de literacia financeira, com base nas respostas dadas pelos inquiridos ao questionário aplicado. Para criação do índice,

apenas se consideraram as respostas às cinco perguntas desenvolvidas por Lusardi e Mitchell (2006). Assumindo que todas as perguntas têm o mesmo grau de dificuldade, atribuiu-se 1 ponto a cada resposta certa e 0 às respostas erradas. À soma dos pontos obtidos, que seriam valores compreendidos entre 0 e 5, fez-se a divisão pelo número total de respostas, ou seja, por 5. Assim, o índice de literacia financeira tem uma escala de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 maior é o nível de literacia financeira.

Na Tabela 8, apresentam-se o número de respostas obtidas por índice de literacia financeira, assim como a respetiva percentagem. É possível verificar que mais de metade dos inquiridos, cerca de 68,4%, possuem índice de literacia financeira igual ou superior a 0,6, enquanto que apenas 5,5% da amostra tem um índice correspondente a 0.

Tabela 8: Distribuição dos inquiridos por índice de literacia financeira

<b>ÍNDICE</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
<b>0</b>	14	5,5%
<b>0,2</b>	20	7,8%
<b>0,4</b>	47	18,3%
<b>0,6</b>	69	26,8%
<b>0,8</b>	91	35,4%
<b>1</b>	16	6,2%
<b>TOTAL</b>	<b>257</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

### 3.3 Tabelas de contingência

Neste ponto, apresentam-se as tabelas correspondentes ao cruzamento das variáveis em estudo e variáveis de controlo, com o índice de literacia financeira desenvolvido no ponto anterior.

Pela análise da Tabela 9, é possível concluir que os índices de literacia financeira mais elevados são detidos pelos inquiridos que tem idades superiores a 50 anos, sendo que 48,4% dos inquiridos que se encontram nesta faixa etária têm um índice de literacia financeira igual ou superior a 0,8. Já os índices mais baixos foram obtidos pelos inquiridos com idades entre os 21 e 30 anos, tendo 40,8% um índice igual o inferior a 0,2.

Tabela 9: Idade e índice de literacia financeira

<b>ÍNDICE</b>	<b>Entre 21 e 30 anos</b>		<b>Entre 31 e 50 anos</b>		<b>Mais de 50 anos</b>	
<b>0</b>	4	14,9%	9	6,6%	1	1,1%
<b>0,2</b>	7	25,9%	6	4,4%	7	7,5%
<b>0,4</b>	6	22,2%	27	19,6%	14	15,1%
<b>0,6</b>	6	22,2%	37	27%	26	27,9%
<b>0,8</b>	3	11,1%	49	35,8%	39	41,9%
<b>1</b>	1	3,7%	9	6,6%	6	6,5%
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>	<b>137</b>	<b>100%</b>	<b>93</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

Na Tabela 10, onde se apresenta a relação entre as variáveis género e índice de literacia financeira, é notório que os índices de literacia financeira mais elevados são detidos pelos inquiridos do género masculino, sendo que 55% destes possui um índice de literacia financeira igual ou superior a 0,8, contra apenas, aproximadamente 28% de inquiridos do género feminino com índice equivalente.

Tabela 10: Género e índice de literacia financeira

<b>ÍNDICE</b>	<b>Masculino</b>		<b>Feminino</b>	
0	5	3,9%	9	7%
0,2	5	3,9%	15	11,7%
0,4	13	10,1%	34	26,6%
0,6	35	27,1%	34	26,6%
0,8	62	48,1%	29	22,7%
1	9	6,9%	7	5,4%
<b>TOTAL</b>	<b>129</b>	<b>100%</b>	<b>128</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

A Tabela 11 revela que habilitações literárias mais reduzidas, como o ensino básico e o ensino secundário originam um menor conhecimento, enquanto que níveis mais elevados, como é o caso do doutoramento proporcionam mais conhecimento financeiro. Dos 91 inquiridos que possuem índice de literacia financeira de 0,8, cerca de 48% têm o doutoramento como habilitação literária.

Dos inquiridos que possuem apenas ensino secundário como habilitação literária, apenas 34,3% possui um índice de literacia financeira superior a 0,8, contra uma percentagem de 65,4% dos inquiridos que possuem o doutoramento como grau académico.

Tabela 11: Habilitações literárias e índice de literacia financeira

ÍNDICE	Ensino básico		Ensino secundário		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento	
<b>0</b>	0	0%	2	5,7%	7	7%	3	7,1%	2	2,6%
<b>0,2</b>	0	0%	7	20%	10	10%	3	7,1%	0	0%
<b>0,4</b>	0	0%	7	20%	26	26%	5	11,9%	9	11,5%
<b>0,6</b>	1	50%	7	20%	28	28%	17	40,5%	16	20,5%
<b>0,8</b>	1	50%	10	28,6%	23	23%	13	31%	44	56,4%
<b>1</b>	0	0%	2	5,7%	6	6%	1	2,4%	7	9%
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>100%</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>	<b>78</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

A Tabela 12 apresenta o cruzamento das variáveis área de estudos e índice de literacia financeira. É possível concluir, através da sua análise que a área ciências sociais possui mais inquiridos com um índice de literacia financeira igual ou inferior a 0,2, correspondendo a uma percentagem de 15,6%, contra 8,3% de outras áreas. O mesmo acontece com os índices de literacia financeira mais elevados. As ciências sociais apenas têm uma percentagem de 35,8% de inquiridos com um índice de literacia financeira igual ou superior a 0,8, enquanto que outras áreas que incluem ciências tecnológicas, ciências físicas, ciências naturais e humanidades possuem uma percentagem de 53,6%.

Tabela 12: Área de estudos e índice de literacia financeira

<b>ÍNDICE</b>	<b>Ciências Sociais</b>		<b>Outras</b>	
<b>0</b>	11	6,4%	3	3,6%
<b>0,2</b>	16	9,2%	4	4,7%
<b>0,4</b>	28	16,2%	19	22,5%
<b>0,6</b>	56	32,4%	13	15,7%
<b>0,8</b>	54	31,2%	37	44%
<b>1</b>	8	4,6%	8	9,5%
<b>TOTAL</b>	<b>173</b>	<b>100%</b>	<b>84</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

Com base na Tabela 13, que relaciona o rendimento mensal líquido com o índice de literacia financeira, é possível confirmar que os rendimentos mais elevados pertencem aos inquiridos que têm um índice de literacia financeira também elevado. Por sua vez, os índices mais reduzidos são possuídos por aqueles que têm um salário igualmente mais baixo. 77,3% dos inquiridos que têm um rendimento mensal líquido entre os 3501€ e os 5000€, possuem um índice de literacia financeira igual ou superior a 0,8. Já os inquiridos que têm um rendimento no intervalo entre 751€ e 1501€, apenas 31,2% possui o mesmo índice, igual ou superior a 0,8.

Tabela 13: Rendimento mensal líquido e índice de literacia financeira

<b>ÍNDICE</b>	<b>Até 750€</b>		<b>Entre 751€ e 1501€</b>		<b>Entre 1501€ e 2500€</b>		<b>Entre 2501€ e 3500€</b>		<b>Entre 3501€ e 5000€</b>		<b>Acima de 5000€</b>	
<b>0</b>	0	0%	7	9,1%	5	4,8%	0	0%	1	4,6%	1	33,3%
<b>0,2</b>	1	5,3%	12	15,6%	3	2,9%	3	8,8%	1	4,6%	0	0%
<b>0,4</b>	10	52,6%	14	18,2%	19	18,6%	3	8,8%	0	0%	1	33,3%
<b>0,6</b>	3	15,8%	20	26%	38	37,6%	5	14,7%	3	13,7%	0	0%
<b>0,8</b>	5	26,3%	22	28,6%	32	31,3%	16	47,1%	15	68,2%	1	33,3%
<b>1</b>	0	0%	2	2,6%	5	4,8%	7	20,6%	2	9,1%	0	0%
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	<b>100%</b>	<b>77</b>	<b>100%</b>	<b>102</b>	<b>100%</b>	<b>34</b>	<b>100%</b>	<b>22</b>	<b>100%</b>	<b>3</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

No que toca ao agregado familiar e à relação com a literacia financeira, através da análise da Tabela 14 é possível concluir que os inquiridos incluídos em agregados familiares mais numerosos, revelam mais conhecimentos financeiros, possuindo maiores índices de literacia financeira.

Tabela 14: Agregado familiar e índice de literacia financeira

ÍNDICE	1		2		3		4		5		6	
<b>0</b>	5	17,9%	7	9,1%	5	4,9%	0	0%	1	4,5%	1	33,3%
<b>0,2</b>	2	7,1%	12	15,6%	3	2,9%	3	8,8%	1	4,5%	0	0%
<b>0,4</b>	13	46,4%	14	18,2%	19	18,6%	3	8,8%	0	0%	1	33,3%
<b>0,6</b>	3	10,7%	20	25,9%	38	37,2%	5	14,7%	3	13,6%	0	0%
<b>0,8</b>	5	17,9%	22	28,6%	32	31,5%	16	47,1%	15	68,3%	1	33,3%
<b>1</b>	0	0%	2	2,6%	5	4,9%	7	20,6%	2	9,1%	0	0%
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>100%</b>	<b>77</b>	<b>100%</b>	<b>102</b>	<b>100%</b>	<b>34</b>	<b>100%</b>	<b>22</b>	<b>100%</b>	<b>3</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

Relativamente à atividade laboral desempenhada por cada um dos inquiridos e analisando a Tabela 15 verifica-se que os índices de literacia financeira mais baixos se encontram com mais frequência em inquiridos que desenvolvem a atividade laboral em estabelecimentos de ensino e, por consequência, os índices mais elevados de literacia financeira verificam-se nos indivíduos que desempenham a atividade laboral na área da administração pública, que neste caso corresponde às Câmaras Municipais.

Tabela 15: Atividade laboral e índice de literacia financeira

ÍNDICE	Estabelecimentos de ensino		Outros	
<b>0</b>	9	6,7%	5	4,1%
<b>0,2</b>	13	9,7%	7	5,7%
<b>0,4</b>	31	23,1%	16	13%
<b>0,6</b>	44	32,8%	25	20,3%
<b>0,8</b>	30	22,4%	61	49,6%
<b>1</b>	7	5,3%	9	7,3%
<b>TOTAL</b>	<b>134</b>	<b>100%</b>	<b>123</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

A Tabela 16 relaciona o processo de tomada de decisão com o índice de literacia financeira. Os resultados obtidos não apresentam diferenças muito significativas. No entanto, é confirmada uma percentagem mais elevada de inquiridos com índice de literacia financeira igual ou superior a 0,8 naqueles que tomam decisões em conjunto com outra pessoa.

Tabela 16: Tomada de decisões financeiras e índice de literacia financeira

ÍNDICE	Decisões tomadas em conjunto com outra pessoa		Outros	
0	5	5,9%	9	5,2%
0,2	7	8,2%	13	7,6%
0,4	18	21,2%	29	16,9%
0,6	18	21,2%	51	29,7%
0,8	32	37,6%	59	34,3%
1	5	5,9%	11	6,3%
<b>TOTAL</b>	<b>85</b>	<b>100%</b>	<b>172</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

Na Tabela 17 que relaciona o nível de endividamento com o índice de literacia financeira, é notório um índice de literacia mais elevado nos inquiridos que não têm endividamento, sendo que mais de metade possui um índice igual ou superior a 0,8 e apenas 12% tem um conhecimento financeiro de índice igual ou inferior a 0,2. Também é possível concluir que os inquiridos que não têm conhecimento do nível de endividamento que possuem, revelam índices de literacia financeira mais baixos, sendo que mais de metade tem um índice inferior a 0,4.

Tabela 17: Nível de endividamento e índice de literacia financeira

ÍNDICE	Sem endividamento		Inferior a 20 000€		Entre 20 000€ e 60 000€		Entre 60 000€ e 120 000€		Superior a 120 000€		Não sei	
0	4	5,3%	2	4,5%	0	0%	4	8,3%	0	0%	4	8,7%
0,2	5	6,7%	4	9,1%	2	6,5%	3	6,3%	0	0%	6	13%
0,4	8	10,7%	8	18,2%	2	6,5%	10	20,8%	3	23,2%	16	34,8%
0,6	16	21,3%	11	25%	14	45,1%	14	29,2%	5	38,4%	9	19,6%
0,8	35	46,7%	14	31,8%	10	32,2%	16	33,3%	5	38,4%	11	23,9%
1	7	9,3%	5	11,4%	3	9,7%	1	2,1%	0	0%	0	0%
<b>TOTAL</b>	<b>75</b>	<b>100%</b>	<b>44</b>	<b>100%</b>	<b>31</b>	<b>100%</b>	<b>48</b>	<b>100%</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>	<b>46</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

No que diz respeito ao número de produtos de crédito detidos por cada inquirido e analisando o cruzamento com o índice de literacia financeira, apresentado na Tabela 18 conclui-se de imediato que mais de 70% dos inquiridos que não possuem qualquer produto de crédito tem um índice de literacia financeira igual ou superior a 0,8.

Tabela 18: Total dos produtos de crédito e índice de literacia financeira

ÍNDICE	0		1		2		3		4	
<b>0</b>	0	0%	6	6,3%	4	5,4%	4	13,3%	0	0%
<b>0,2</b>	4	14,3%	8	8,3%	5	6,8%	1	3,4%	2	6,9%
<b>0,4</b>	1	3,6%	23	23,9%	14	18,9%	4	13,3%	5	17,2%
<b>0,6</b>	3	10,7%	38	39,6%	17	22,9%	6	20%	5	17,2%
<b>0,8</b>	19	67,8%	16	16,7%	29	39,3%	11	36,7%	16	55,2%
<b>1</b>	1	3,6%	5	5,2%	5	6,7%	4	13,3%	1	3,5%
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>100%</b>	<b>96</b>	<b>100%</b>	<b>74</b>	<b>100%</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

Através da análise da Tabela 19 é possível concluir que quanto mais elevado é o valor do património financeiro, maior será o índice de literacia financeira. O facto de os inquiridos não terem conhecimento sobre o valor do património financeiro revela um baixo índice de conhecimento financeiro.

Tabela 19: Valor do património financeiro e índice de literacia financeira

ÍNDICE	Inferior a 20 000€		Entre 20 000€ e 60 000€		Entre 60 000€ e 120 000€		Superior a 120 000€		Não sei	
<b>0</b>	10	8,1%	1	1,6%	2	5,9%	0	0%	1	3,5%
<b>0,2</b>	10	8,1%	2	3,3%	0	0%	0	0%	8	27,6%
<b>0,4</b>	28	22,6%	8	13,1%	2	5,9%	1	11,1%	8	27,6%
<b>0,6</b>	37	29,8%	17	27,9%	7	20,5%	2	22,2%	6	20,7%
<b>0,8</b>	33	26,6%	28	45,9%	21	61,8%	4	44,5%	5	17,2%
<b>1</b>	6	4,8%	5	8,2%	2	5,9%	2	22,2%	1	3,4%
<b>TOTAL</b>	<b>124</b>	<b>100%</b>	<b>61</b>	<b>100%</b>	<b>34</b>	<b>100%</b>	<b>9</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

A Tabela 20 apresenta o número de produtos financeiros que os inquiridos possuem e a respetiva relação com o índice de literacia financeira. Os dados obtidos revelam que, de forma geral, à medida que o número de produtos financeiros aumenta, o número de inquiridos com um índice de literacia financeira igual ou inferior 0,2 diminui. Por conseguinte, o índice de literacia financeira é maior nos inquiridos que possuem mais produtos financeiros contratados.

Tabela 20: Total dos produtos financeiros e índice de literacia financeira

ÍNDICE	1		2		3		4		5		6		7	
0	4	8,9%	7	8,5%	2	3,1%	0	0%	0	0%	0	0%	1	16,7%
0,2	11	24,4%	7	8,5%	2	3,1%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
0,4	10	22,2%	18	21,9%	16	24,6%	1	2,5%	1	7,1%	1	20%	0	0%
0,6	14	31,2%	24	29,3%	14	21,5%	9	22,5%	4	28,6%	0	0%	4	66,6%
0,8	6	13,3%	21	25,7%	29	44,6%	25	62,5%	8	57,2%	2	40%	0	0%
1	0	0%	5	6,1%	2	3,1%	5	12,5%	1	7,1%	2	40%	1	16,7%
<b>TOTAL</b>	<b>45</b>	<b>100%</b>	<b>82</b>	<b>100%</b>	<b>65</b>	<b>100%</b>	<b>40</b>	<b>100%</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>	<b>5</b>	<b>100%</b>	<b>6</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria

### 3.4 Matriz de correlações

A matriz de correlações de *spearman* apresenta o coeficiente de correlação das variáveis em estudo, o que revela como as variáveis se relacionam entre si. O valor destes coeficientes pode variar entre -1 e 1 e quanto mais próximo o coeficiente estiver destes valores, maior será a correlação entre as variáveis, negativa ou positiva, respetivamente.

Pela análise da Tabela 21, pode verificar-se que todos os valores da diagonal principal são iguais a 1, uma vez que há uma correlação perfeita entre as variáveis. Considera-se que existe uma correlação forte quando os valores dos coeficientes são superiores a 80%. Contudo, tendo em conta que se está a trabalhar com uma série cruzada, nenhuma correlação será superior a este valor.

Continuando a analisar a Tabela 21 verifica-se que a correlação entre a variável idade e o índice de literacia financeira é positiva e estatisticamente significativa a um nível de significância de 0,05, ou seja, quando a idade aumenta o índice de literacia financeira também aumenta. Já a variável género, embora também seja estatisticamente significativa, a um nível de significância de 0,01, correlaciona-se de forma negativa com o índice de literacia financeira, uma vez que esta variável foi transformada em variável *dummy*, em que 1 correspondia a “Feminino” e 0 “Caso contrário”, o que significa que ser do género feminino influencia negativamente o nível de literacia financeira.

As variáveis “Habilitações literárias”, “Rendimento mensal líquido” e “Área de estudos” apresentam uma correlação positiva com o índice de literacia financeira. O que significa que o aumento destas variáveis provoca um aumento no índice de literacia financeira. Tem em conta que as três variáveis apresentadas são estatisticamente significativas, de acordo com a Tabela 21, validando assim HI 5, HI 3 e HI 4.

A variável “Nível de endividamento” assume um comportamento de acordo com o esperado e definido nas HI. Apresenta um coeficiente negativo, o que significa que quanto maior for o nível de endividamento, menor será a literacia financeira. Tendo em consideração que esta variável é estatisticamente significativa, valida-se a HI 2A. Já a variável “Total de produtos crédito” embora apresente sinal negativo, de acordo com o esperado, não é estatisticamente significativa, não sendo possível validar a HI 1B.

Relativamente às variáveis “Total de produtos financeiros” e “Valor do património financeiro”, estas apresentam sinal positivo, de acordo com o esperado, e tendo em consideração que ambas são estatisticamente significativas, a um nível de significância de 0,01, validam-se as HI 1B e HIA, respetivamente.

Tabela 21: Matriz de correlações

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
<b>(1) Índice</b>	1	.144*	-.239**	.230**	.113*	.301**	-.010	.253**	-.158*	-.014	.248**	.382**
<b>(2) Idade</b>	.144*	1	-.208**	.179*	.135	.237**	.186**	.040	.044	.372**	.050	.094
<b>(3) Género</b>	-.239**	-.208**	1	-.249**	-.022	-.155*	-.051	-.278**	.016	.098	-.201**	-.184*
<b>(4) Habilitações literárias</b>	.230**	.179*	-.249	1	.174*	.221**	-.075	.386**	-.039	.052	.226**	.200**
<b>(5) Área de estudos</b>	.113*	.135	-.022	.174*	1	.107	-.053	.198**	-.145*	.156*	.014	.174*
<b>(6) Rendimento mensal</b>	.301**	.237**	-.155*	.221**	.107	1	-.256**	.143*	.343**	.333**	.188**	.230**
<b>(7) Decisões financeiras</b>	-.010	.186**	.051	-.075	-.053	-.256**	1	-.146*	.319**	.041	.099	.002
<b>(8) Atividade laboral</b>	.253**	.040	-.278**	.386**	.198**	.143*	-.146*	1	-.161*	.021	.159*	.274**
<b>(9) Nível de endividamento</b>	-.158*	.044	0.16	-.039	-.145*	.343**	.319**	-.161*	1	.316**	-.037	-.147*
<b>(10) Total dos produtos de crédito</b>	-.014	.372**	.098	.052	.156*	.333**	.041	.021	.316**	1	-.250**	.021
<b>(11) Valor do património financeiro</b>	.248**	.050	-.201**	.226**	.014	.188**	.099	.159*	-.037	-.250**	1	.407**
<b>(12) Total dos produtos financeiros</b>	.382**	.094	-.84*	.200**	.174*	.230**	.002	.274**	-.147*	.021	.407**	1

Fonte: elaboração própria

Nota: \*\* A correlação é significativa no nível 0,01; \* A correlação é significativa no nível 0,05.

### 3.5 Fatores que impactam a literacia financeira

Com o objetivo de verificar quais os impactos na literacia financeira, essencialmente o nível de endividamento e os recursos financeiros dos funcionários públicos da amostra, procedeu-se à estimação do modelo [3], cujos coeficientes se apresentam na Tabela 22. Assim, pode dizer-se que o modelo é estatisticamente significativo, possuindo um  $R^2$  ajustado de aproximadamente 18%, o que significa que as variáveis explicativas do modelo explicam 18% da variável dependente, ou seja, o índice de literacia financeira. De referir também que foram assegurados os pressupostos relativamente à multicolinearidade, normalidade dos resíduos e homocedasticidade do modelo.

Tabela 22:Fatores que impactam a literacia financeira

	<b>Coeficientes</b>	<b>Erro-padrão</b>	<b>Rácio-t</b>	<b>P-Value</b>
Constante	0,2553	0,0989	2,580	0,0107 **
Total dos produtos financeiros (TPF)	0,0410	0,0135	3,038	0,0027 ***
Valor do património financeiro (VPF)	0,0028	0,0221	0,1289	0,8976
Total dos produtos de crédito (TPC)	-0,0228	0,0168	-1,358	0,1762
Nível de endividamento (NE)	-0,0174	0,0143	-1,217	0,2250
Atividade laboral (AL)	0,0224	0,0367	0,6092	0,5431
Rendimento mensal líquido (RML)	0,0521	0,0196	2,651	0,0087 ***
Área de estudos (AE)	-0,0028	0,0350	-0,0822	0,9345
Habilitações literárias (HL)	0,0204	0,0173	1,179	0,2399
Idade (IDD)	0,0604	0,0303	1,995	0,0475 **
Género (GNR)	-0,0416	0,0351	-1,185	0,2376
Tomada de decisões financeiras (TDF)	-0,0316	0,0376	-0,8417	0,9145
<b>Observações</b>				194
<b>Estatística de F</b>				4,99
<b>R<sup>2</sup></b>				0,23
<b>R<sup>2</sup> ajustado</b>				0,18

Fonte: elaboração própria

Notas: 1) Nível de significância: \*\*\* = 1%; \*\* = 5%; \* = 10%

2) Modelo [3] -  $ILF = \beta_0 + \beta_1 TPF + \beta_2 VPF + \beta_3 TPC + \beta_4 NE + \beta_5 AL + \beta_6 RML + \beta_7 AE + \beta_8 HL + \beta_9 IDD + \beta_{10} GNR + \beta_{11} TDF + \mu$

Relativamente à variável total dos produtos financeiros, esta é estatisticamente significativa, sendo que o coeficiente é positivo, tal como esperado e já verificado na matriz de correlações, o que significa que esta variável influencia positivamente o índice de literacia financeira, sendo que o

aumento de 1% no total dos produtos financeiros, provoca um aumento de 0,0393 no índice de literacia financeira.

Já a variável valor do património financeiro apresenta um valor contrário ao valor esperado. Estudos realizados por Fauziah e Sari (2019) e Van Rooij et al. (2011) defendem que o valor do património financeiro influencia positivamente o índice de literacia financeira. Contudo, o modelo revela o contrário, não validando a HI1A.

No que toca ao endividamento e ao total de produtos de crédito, ambas as variáveis apresentam sinal negativo, tal como esperado, sendo que a primeira é estatisticamente significativa validando assim a HI2A, tal como, em parte, os autores Klapper et al. (2016) defendem.

Para a variável rendimento mensal líquido verifica-se, de acordo com o esperado, um sinal positivo, validando assim a tese defendida por Nogueira (2011) que levou à criação da HI3. No entanto, o nível de significância é superior a 5%, não permitindo assim validar HI3.

A variável área de estudos e habilitações literárias tiveram comportamentos de acordo com o esperado, embora nenhuma se revele estatisticamente significativa. Ambas possuem um coeficiente positivo. Contudo, não é possível validar as HI4 e HI5, como verificaram Santos (2012b) e Santos e Abreu (2013).

Na secção seguinte apresentam-se as principais conclusões do estudo efetuado.

## **Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação**

Considerando o contexto atual desfavorável que se vive um pouco por todo o mundo face à mais recente crise provocada pela pandemia COVID-19 e posteriormente pelo conflito Rússia-Ucrânia, confirma-se que é cada vez mais importante os indivíduos dotarem-se de conhecimentos financeiros, como sendo uma ferramenta que proporciona bem-estar financeiro e reduz as instabilidades económicas vividas individualmente. Ao longo da revisão da literatura foi possível verificar as inúmeras vantagens da literacia financeira no dia a dia de cada um, no que toca à tomada de decisões que impactam as finanças pessoais de cada indivíduo. Embora atualmente haja vários projetos e programas de incentivo ao desenvolvimento da literacia financeira, vários estudos apontam para a necessidade dos governos, escolas e instituições estimularem cada vez mais a

procura por conhecimento financeiro e a preocupação com a boa gestão do património financeiro de cada um.

O principal objetivo deste estudo consistia em estudar o impacto do nível de endividamento e dos recursos financeiros na literacia financeira de uma amostra de funcionários públicos do distrito de Bragança, tendo sido divulgado um questionário por canais eletrónicos por cerca de 3177 funcionários públicos. Os resultados do questionário e após a construção do índice de literacia financeira, indicam que cerca de 30% da amostra do estudo possui um índice de literacia financeira igual ou inferior a 0,4. 5,5% dos inquiridos não acertaram qualquer questão, contra 6,2% de inquiridos que acertaram a totalidade das questões. A maioria percentagem verifica-se no nível 0,8 de literacia financeira, que corresponde a 35,4%.

No que toca a algumas variáveis de controlo, foi possível confirmar que o género feminino possui menos literacia financeira, de um modo geral, que o género masculino, o que vai de encontro a estudo apresentado por Moore (2003). O mesmo se verifica na variável “Idade” e de acordo com o estudo do autor Moore (2003), à medida que a idade dos inquiridos aumenta, o índice de literacia financeira tende a aumentar. Da variável “Tomada de decisões financeiras”, segundo Lusardi & Mitchell (2008) esperava-se que influenciasse a literacia financeira de forma positiva, mas verificou-se o contrário tanto na matriz de correlações como na regressão linear. O que significa que tomar as decisões financeiras em conjunto com outra pessoa influencia negativamente o nível de literacia financeira.

Já as variáveis em estudo, relacionadas com as HI construídas e apresentadas na metodologia, apresentaram todas um sinal igual ao esperado, à exceção da variável “Área de estudos” que apresentou um coeficiente com sinal negativo, contrariando assim o defendido por Santos (2012b). As variáveis em estudo revelaram-se todas estatisticamente significativas, validando assim as HI construídas, à exceção da variável “Total de produtos de crédito” que não se revelou estatisticamente significativa, não sendo possível validar a HI 2B.

Foi possível concluir que no que toca ao nível de endividamento e ao total dos produtos de crédito contratados, que existe uma relação inversa com nível de literacia financeira, na medida em que quanto maior for o nível de endividamento de um indivíduo, menor será o nível de literacia financeira. O mesmo acontece com os produtos de crédito contratados, quanto mais produtos um indivíduo tiver, menor será o seu índice de literacia financeira. Estas conclusões vão de encontro ao estudo de Klapper et al. (2016) e outros estudos encontrados sobre o tema e oportunamente explanados na revisão da literatura.

No que toca ao valor do património financeiro e ao total dos produtos financeiros contratados, verifica-se uma relação direta com o conhecimento financeiro, na medida em que quanto maior for o património financeiro detido por cada indivíduo e o número de produtos contratados, maior será também o conhecimento financeiro de cada um, defendendo assim os estudos de Fauziah e Sari (2019) e Van Rooij et al. (2011).

Como principal limitação do estudo, tem-se que a amostra estudada contém apenas profissionais da região de Bragança, o que impede de fazer uma correta generalização para as restantes regiões do país. O facto de os dados da amostra em estudo terem sido recolhidos através de inquéritos por questionário, também faz com que o tamanho e a sua qualidade dependam da disponibilidade dos indivíduos pertencentes à população alvo e também à sua honestidade, uma vez que respostas menos honestas por parte dos inquiridos podem levar ao enviesamento dos resultados.

Como linhas de investigação futura, sugere-se que seja feita a mesma pesquisa, mas com uma amostra maior. Seria ainda interessante aplicar este estudo a diferentes regiões do país ou a diferentes setores de atividade e fazer um estudo comparativo. Sendo a literacia financeira um tema cada vez mais relevante nos dias de hoje, tornar-se-ia pertinente utilizá-lo como meio de deteção de índices de literacia financeira mais reduzidos e poder aplicar medidas corretivas.

## Referências Bibliográficas

- Almeida, L., Tavares, F., & Biglieri, J. (2018). Previsão de tendência Ichimoku. Funcionará nas opções do Facebook? *Revista Espacios*, 39(15). [https://www.researchgate.net/publication/328773230\\_Previsao\\_de\\_tendencia\\_Ichimoku\\_Funcionara\\_nas\\_opcoes\\_do\\_Facebook\\_Ichimoku\\_trend\\_prediction\\_Will\\_it\\_work\\_on\\_the\\_Facebook\\_options](https://www.researchgate.net/publication/328773230_Previsao_de_tendencia_Ichimoku_Funcionara_nas_opcoes_do_Facebook_Ichimoku_trend_prediction_Will_it_work_on_the_Facebook_options)
- Alves, D. (2012). *Literacia financeira: conhecimento de poupança de estudantes universitários*. [Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório aberto do Instituto Universitário de Lisboa. <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/4620/1/Conhecimento%20poupan%C3%A7a%20de%20estudantes%20universit%C3%A1rios.pdf>
- Alves, N., & Cardoso, F. (2010). *A poupança das famílias em Portugal: evidência micro e macroeconómica*. Boletim económico, Banco de Portugal. [https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/ab201014\\_p.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/ab201014_p.pdf)
- Amagir, A., Groot, A., & Wilschut A. (2017). A review of financial-literacy education programs for children and adolescents. *Citizenship, social and economics education* 11(1). doi: 10.1177/2047173417719555
- Andrade, L. (2016). *A gestão de riscos financeiros a partir do mercado de derivados. As práticas financeiras das empresas do distrito de Coimbra*. [Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Coimbra] Repositório científico de acesso aberto de Portugal. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/17547>
- Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, Banco de Portugal e Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (2020). *Relatório do 3.º Inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa*. <https://www.todoscontam.pt/sites/default/files/2021-06/relatorio3inqf.pdf>
- Banco Central Europeu (2016). *O que são “taxas de juro” e qual é a diferença entre taxas de juro nominais e reais?* [https://www.ecb.europa.eu/ecb/educational/explainers/tell-me/html/nominal\\_and\\_real\\_interest\\_rates.pt.html](https://www.ecb.europa.eu/ecb/educational/explainers/tell-me/html/nominal_and_real_interest_rates.pt.html)
- Banco Central Europeu (2022). *Aumentámos as taxas de juro. O que significa esta decisão para si?* [https://www.ecb.europa.eu/ecb/educational/explainers/tell-me-more/html/interest\\_rates.pt.html](https://www.ecb.europa.eu/ecb/educational/explainers/tell-me-more/html/interest_rates.pt.html)

- Banco de Portugal (2010). *Inquérito à literacia financeira da população portuguesa*. [https://www.bportugal.pt/sites/default/files/relatorio\\_do\\_inquerito\\_a\\_literacia\\_financeira\\_da\\_populacao\\_portuguesa\\_2010.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/relatorio_do_inquerito_a_literacia_financeira_da_populacao_portuguesa_2010.pdf)
- Banco de Portugal (2019). *Análise do crédito concedido às famílias pelo setor financeiro residente*. [https://cse.ine.pt/ngt\\_server/attachfileu.jsp?look\\_parentBoui=408316205&att\\_display=n&att\\_download=y](https://cse.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=408316205&att_display=n&att_download=y)
- Banco de Portugal (2022a). *O que é a inflação?* <https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/paginas/1492>
- Banco de Portugal (2022b). *O que são as taxas de juro?* <https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/publicacoes/1381>
- Banco de Portugal, Instituto Nacional de Estatística (2012). *Inquérito à situação financeira das famílias 2010*. [https://www.bportugal.pt/sites/default/files/isff\\_2010\\_p.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/isff_2010_p.pdf)
- Banco de Portugal, Instituto Nacional de Estatística (2019). *Inquérito à situação financeira das famílias 2017*. [https://www.bportugal.pt/sites/default/files/isff\\_2017\\_p\\_0.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/isff_2017_p_0.pdf)
- Banco de Portugal, Instituto Nacional de Estatística (2022). *Inquérito à situação financeira das famílias 2020*. [https://www.bportugal.pt/sites/default/files/isff2020\\_pt.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/isff2020_pt.pdf)
- Bay, C., Catasús, B., & Johed, G. (2014). Situating financial literacy. *Critical perspectives on accounting*, 25, 36-45. doi: 10.1016/j.cpa.2012.11.011
- Beal, D., Dealpachitra, S. (2010). Financial literacy among Australian university students. *Economic papers: A journal of applied economics and policy* 22(1). doi: 10.1111/j.1759-3441.2003.tb00337.x
- Bernheim, B., & Garrett, D. (2003). The effects of financial education in the workplace: evidence from a survey of households. *Journal of economics* 87(8), 1487-1519. doi:10.1016/S0047-2727(01)00184-0
- Bernheim, B., Garrett, D., & Maki, D. (1997). Education and saving: The long-term effects of high school financial curriculum mandates. *National Bureau of Economic Research Working paper no. 6085*. <https://www.nber.org/papers/w6085>

- Bortoli, D., Costa Jr, N., Goulart, M., & Campara, J., (2019). Personality traits and investor profile analysis: A behavioral finance study. *PLoS ONE* 14(3). [https://www.researchgate.net/publication/332055028\\_Personality\\_traits\\_and\\_investor\\_profile\\_analysis\\_A\\_behavioral\\_finance\\_study/link/5c9cfdeb299bf111694cd084/download](https://www.researchgate.net/publication/332055028_Personality_traits_and_investor_profile_analysis_A_behavioral_finance_study/link/5c9cfdeb299bf111694cd084/download)
- Caiado, A. (1997). *Taxas de juro e inflação em Portugal: testes e modelos de revisão*. [Dissertação de mestrado, Universidade Técnica de Lisboa]. Repositório aberto da Universidade Técnica de Lisboa. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/16213>
- Cantú, V., & Menezes, E. (2009). *Seleção de um portfólio eficiente através da diversificação de ativos financeiros*. IX SEPROSUL – Semana de engenharia de produção sul-americana. <http://docplayer.com.br/2067515-Selecao-de-um-portfolioeficiente-atraves-da-diversificacao-de-ativos-financeiros.html>
- Cavaco, G. (2013). *Influência das variáveis macroeconómicas no mercado acionista português* [Dissertação de mestrado, Universidade de Évora]. Repositório aberto da universidade de Évora. <http://rdpc.uevora.pt/bitstream/10174/16368/1/tese%20final.pdf>
- Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (2005). *Guia do investidor*. [https://www.fep.up.pt/disciplinas/pgaf924/PGAF/Texto\\_8\\_GuiaInvestidor.pdf](https://www.fep.up.pt/disciplinas/pgaf924/PGAF/Texto_8_GuiaInvestidor.pdf)
- Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (2015). *Financial literacy for investors in the securities market in Portugal*. [https://www.cmvm.pt/pt/AreadoInvestidor/literacia/Documents/Financial%20literacy%20for%20investors%20in%20the%20securities%20mark et%20in%20Portugal.pdf](https://www.cmvm.pt/pt/AreadoInvestidor/literacia/Documents/Financial%20literacy%20for%20investors%20in%20the%20securities%20market%20in%20Portugal.pdf)
- Compen, B., Witte, K., & Schelfhout, W. (2019). The role of teacher professional development in financial literacy education: A systematic literature review. *Educational Research Review*, 26. doi: 10.1016/j.edurev.2018.12.001
- Cronbach, L. (1951). Coefficient alpha and the internal structure of test. *Psychometrika* 16. doi: 10.1007/BF02310555
- David, R., Teddlie, C., & Reynolds, D. (2000). The international handbook of school effectiveness research. *Routledge: Psychology press*. doi:10.4324/9780203454404
- Davies, J., & Shorrocks, A. (2000). *The distribution of wealth*. Handbook of income distribution: volume I. [https://eml.berkeley.edu/~saez/course/Davies,Shorrocks\(2000\).pdf](https://eml.berkeley.edu/~saez/course/Davies,Shorrocks(2000).pdf)

- Duarte, V. (2013). *A eficácia dos programas de literacia financeira: o caso da Fundação Dr. António Cupertino de Miranda*. [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto] Repositório aberto da Universidade do Porto. <https://core.ac.uk/download/pdf/143394523.pdf>
- European Central Bank (2021). *ECB communication with the wider public*. ECB Economic Bulletin, Issue 8/2021. [https://www.ecb.europa.eu/pub/economic-bulletin/articles/2022/html/ecb.ebart202108\\_02~5c1e5a116d.pt.html](https://www.ecb.europa.eu/pub/economic-bulletin/articles/2022/html/ecb.ebart202108_02~5c1e5a116d.pt.html)
- Farinha L., e Costa S., (2012). *O endividamento das famílias: uma análise microeconómica com base nos resultados do inquérito à situação financeira das famílias*. Relatório de estabilidade financeira. Banco de Portugal. [https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/ar201201\\_p.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/ar201201_p.pdf)
- Fauziah, P., & Sari, R., (2019). The development of financial literacy questionnaire for early childhood. *International journal of innovation, creative and change* 7(7). [https://www.ijicc.net/images/vol7iss7/7722\\_Fauziah\\_2019\\_E\\_R.pdf](https://www.ijicc.net/images/vol7iss7/7722_Fauziah_2019_E_R.pdf)
- Fernandes, C., Duarte, A., & Simões, M. (2014). *A dinâmica do endividamento das famílias portuguesas após a adesão de Portugal à União Europeia*. Boletim de ciências económicas, faculdade de Direito. doi: 10.14195/0870-4260\_57-2\_4
- Fernandes, D., Lynch, J., & Netmeyer, R. (2014). Financial literacy, financial education, and downstream financial behaviors. *Forthcoming in Management Science* 60(8). doi: 10.1287/mnsc.2013.1849
- Garg, N., & Singh, S. (2018). Financial literacy among youth. *International Journal of Social Economics*, 45(1). doi: 10.1108/IJSE-11-2016-0303
- Góis, C., Conde, F., Samy, M., Tawfik, H., & Huang, R. (2010). *A literacia financeira em instituições do ensino superior português: análise de sensibilidade dos seus determinantes*. Estudos do ISCA, IV (1). <https://proa.ua.pt/index.php/estudosdoisca/article/view/6820/4993>
- Hastings, J., Mitchell, O., & Chyn, E. (2012). *Fees, framing, and financial literacy in the choice of pension manager*. Business economics and public policy papers. [https://repository.upenn.edu/bepp\\_papers/63/](https://repository.upenn.edu/bepp_papers/63/)
- Holanda, N. (1975). *Planeamento e projetos, uma introdução às técnicas de planeamento e de elaboração de projetos*. Rio de Janeiro: APEC/MEC, Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura.

- Huston, S. (2010). Measuring financial literacy. *The journal of consumer affairs*, 44(2). <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>
- Instituto de Formação Bancária (2005). *Mercados financeiros*. Livro??
- Karahan, O., & Vilgor, M. (2017). The causal relationship between Inflation and interest rate in Turkey. *European financial systems 2017: Proceedings of the 14th international scientific conference*, pt 1. <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000418110700038>
- Klapper, L., & Lusardi, A. (2019). Financial literacy and financial resilience: Evidence from around the world. *Financial Management*. doi: 10.1111/fima.12283
- Klapper, L., Lusardi, A., & Oudheusden, P. (2016). Financial literacy around the world: Insights from the standard & poor's rating services global financial literacy survey. [http://gflec.org/wp-content/uploads/2015/11/3313-Finlit\\_Report\\_FINAL5.11.16.pdf?x87657](http://gflec.org/wp-content/uploads/2015/11/3313-Finlit_Report_FINAL5.11.16.pdf?x87657)
- Krugman, P., & Wells, R. (2006). *Macroeconomics* (4<sup>th</sup> ed). New York: Worth publishers inc., u.s.
- Li, J., Li, Q., & Wei, X. (2020). Financial literacy, household portfolio choice and investment return. *Pacific-Basin Finance Journal*, 62. doi: 10.1016/j.pacfin.2020.101370
- Lusardi, A. (2009). The importance of financial literacy. *National Bureau of economic research*. Acedido em: <https://www.nber.org/reporter/2009number2/importance-financial-literacy>
- Lusardi, A., & Mitchell, O. (2006). Financial literacy and planning: implications for retirement wellbeing. *Pension Research Council Working Paper*. <https://pensionresearchcouncil.wharton.upenn.edu/wp-content/uploads/2015/09/PRC-WP-2006-1.pdf>
- Lusardi, A., & Mitchell, O. (2014). The economic importance of financial literacy: Theory and evidence. *Journal of Economic Literature*, 52(1). doi: 10.1257/jel.52.1.5
- Lusardi, A., & Tufano P. (2015) Debt literacy, financial experiences, and overindebtedness. *Journal of Pension Economics and Finance*, Cambridge University Press, 14 (4), 332-368. doi: 10.1017/S1474747215000232

- Lusardi, A., Michaud, P., & Mitchell, O. (2013). Optimal financial knowledge and wealth inequality. *National Bureau of economic research, working paper no. 18669*. [https://www.nber.org/system/files/working\\_papers/w18669/w18669.pdf](https://www.nber.org/system/files/working_papers/w18669/w18669.pdf)
- Mais Transparência. (s. d.) *Portal de informação sobre vários temas de gestão de recursos públicos do Estado Português*. <https://transparencia.gov.pt/pt/>
- Mandell, L., & Klein, S. (2009). The impact of financial literacy education on subsequent financial behavior. *Journal of Financial Counseling and Planning*, 20(1). <https://psycnet.apa.org/record/2009-19876-001>
- Mishra, D., Malik, S., Asmita, C., Paul, D., & Dash, S. (2021). Factors contributing to financial literacy and financial inclusion among women in Indian SHGs. *Universal Journal of Accounting and Finance* 9(4), 810-819, 2021. <https://www.hrpub.org/download/20210830/UJAF27-12224137.pdf>
- Moore, D. (2003). Survey of financial literacy in Washington state: knowledge, behavior, attitudes, and experiences. *Social and Economic Sciences Research Center, Washington State University*. doi: 10.13140/2.1.4729.4722
- Nogueira, H. (2011). *Nível de literacia financeira dos portugueses: medição através de um índice e principais determinantes*. [Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa]. <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/4842/1/Literacia%20Financeira%20-%20c3%adndice%20e%20determinantes%20-%20Hugo%20Nogueira.pdf>
- Observatório do Endividamento dos Consumidores (2002). *Endividamento e sobre-endividamento das famílias conceitos e estatísticas para a sua avaliação*. Centro de estudos sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. [https://oec.ces.uc.pt/biblioteca/pdf/pdf\\_estudos\\_realizados/estudo\\_parte2%20cap\\_1.pdf](https://oec.ces.uc.pt/biblioteca/pdf/pdf_estudos_realizados/estudo_parte2%20cap_1.pdf)
- Organisation for Economic Co-operation and Development (2005a). *Improving financial literacy: Analysis of issues and policies*. <https://www.oecd.org/finance/financial-education/improvingfinancialliteracyanalysisofissuesandpolicies.htm>
- Organisation for Economic Co-operation and Development (2005b). *Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness*. <https://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>

- Organisation for Economic Co-operation and Development (2012). *OECD Guidelines for micro statistics on household wealth*. <https://www.oecd.org/statistics/guidelines-for-micro-statistics-on-household-wealth-9789264194878-en.htm>
- Organisation for Economic Co-operation and Development (2018). *Kit de ferramentas OCDE/INFE para medir alfabetização financeira e inclusão financeira*. <https://www.oecd.org/financial/education/2018-oecd-infe-toolkit-for-measuring-financial-literacy-and-financial-inclusion-portuguese.pdf>
- Orton, L. (2007). Financial literacy: Lesson from international experience. *Canadian Policy Research Networks*. [https://oaresource.library.carleton.ca/cprn/48647\\_en.pdf](https://oaresource.library.carleton.ca/cprn/48647_en.pdf)
- Pascoal, R. (2012). Macroeconomic factors of household default. Is there myopic behavior? *GEMF Working Papers*. <https://ideas.repec.org/p/gmf/wpaper/2012-20.html>
- Pereira, V. (2012). *Análise comparativa de diferentes estratégias nacionais de educação financeira*. [Dissertação de mestrado, Universidade Técnica de Lisboa]. Repositório aberto da Universidade técnica de Lisboa. [https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/13350/1/HG179\\_P47\\_2012.pdf](https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/13350/1/HG179_P47_2012.pdf)
- Pires, V. (2014). *O nível de literacia financeira entre os estudantes do ensino superior em Portugal*. [Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Coimbra]. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/13571>
- PORDATA. (s.d.). *Taxa de poupança das famílias*. Acedido em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+poupan%c3%a7a+das+fam%c3%adlias-2340>
- Prodanov, C., Freitas, E. (2013). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico (2ª edição)*. <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>
- Reynolds, D., & Teddlie, C. (2000). *The international handbook of school effectiveness research*. Routledge. doi: 10.4324/9780203454404
- Riitsalu, L. (2018). Goals, commitment and peer effects as tools for improving the behavioural outcomes of financial education. *Citizenship, Social and economics education* 17(3). doi: 10.1177/2047173418812045

- Sanches, D. (2019). *Behavior profiles and investments*. [Dissertação de mestrado, Universidade nova de Lisboa]. Repositório da universidade nova. [https://run.unl.pt/bitstream/10362/73598/1/Sanches\\_2019.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/73598/1/Sanches_2019.pdf)
- Sandroni, P. (1999). *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller.
- Santos, S. (2012a). *O Risco na análise de investimentos*. [Dissertação de mestrado, Universidade Portucalense] Repositório aberto da Universidade Portucalense. <http://repositorio.uportu.pt:8080/bitstream/11328/422/3/TMF%2068.pdf>
- Santos, E. (2012b). *Determinantes da literacia económica e financeira*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro] <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/13571>
- Santos, E., & Abreu, M. (2013). *Financial literacy, financial behaviour and individuals' over-indebtedness*. Working Papers Department of Economics 2013/11, ISEG - Lisbon School of Economics and Management. <https://ideas.repec.org/p/ise/isegwp/wp112013.html>
- Stolper, O., & Walter, A. (2017). Financial literacy, financial advice, and financial behavior. *Journal of Business Economics*. doi: 10.1007/s11573-017-0853-9
- Sukumaran, K. (2015). Financial literacy - Concept and practice. *Journal for Contemporary Research in Management*. [https://www.researchgate.net/profile/Kana-Sukumaran/publication/345471672\\_Financial\\_LiteracyConcept\\_Practice/links/5fa76063299bf10f732fc4ff/Financial-Literacy-Concept-Practice.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Kana-Sukumaran/publication/345471672_Financial_LiteracyConcept_Practice/links/5fa76063299bf10f732fc4ff/Financial-Literacy-Concept-Practice.pdf)
- Surjaningsih, N., Utari, G., & Trisnanto, B. (2012). The impact of fiscal policy on the output and inflation. *Bulletin of Monetary Economics and Banking*. <https://www.bmeb-bi.org/index.php/BEMP/article/view/409/384>
- Tavares, F., & Almeida, L. (2021). A literacia financeira: Uma revisão de literatura. *Percursos & ideias*, 11. [https://percursoseideias.iscet.pt/index.php/pi\\_2021\\_n11\\_0007/](https://percursoseideias.iscet.pt/index.php/pi_2021_n11_0007/)
- Van Rooij, M., Lusardi, A., & Alessie, R. (2011). Financial literacy and stock market participation. *Journal of Financial Economics*, 101(2).
- Vicente, P. (2012). Estudos de mercado e de opinião - Princípios e aplicações de amostragem. (1a.ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Vieira, S. (2015, October 18). *Alfa de Cronbach*. <http://soniavieira.blogspot.com/2015/10/alfa-de-cronbach.html>

- Widdowson, D., & Hailwood K. (2007). Financial literacy and its role in promoting a sound financial system. *Reserve Bank of New Zealand Bulletin*, 70. <https://www.rbnz.govt.nz/-/media/reservebank/files/publications/bulletins/2007/2007jun70-2widdowsonhailwood.pdf>
- Willis, L. (2008). Against financial-literacy education. *Iowa Law Review*, 94, 197–285. [https://www.researchgate.net/publication/285717001\\_Against\\_Financial-Literacy\\_Education](https://www.researchgate.net/publication/285717001_Against_Financial-Literacy_Education)
- Worthington A., (2006). Debt as a source of financial stress in Australian Households. *University of Wollongong*. <https://ro.uow.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=1021&context=commpapers>
- Yoong, J. (2010) Financial illiteracy and stock market participation: Evidence from the RAND American life panel. *Pension Research Council, Working Paper No. 2010-29*. [https://repository.upenn.edu/prc\\_papers/214/](https://repository.upenn.edu/prc_papers/214/)

# Anexos

## Anexo A Questionário

### QUESTIONÁRIO SOBRE LITERACIA FINANCEIRA

O presente questionário surge no âmbito da realização da dissertação do mestrado de Gestão das Organizações – Ramo de Gestão de Empresas, intitulada “O impacto da literacia financeira no nível de endividamento e nos recursos financeiros de funcionários públicos”.

Numa época marcada pelo aumento da quantidade de produtos e serviços financeiros que são colocados à disposição do consumidor, revela-se cada vez mais importante dotar as pessoas de conhecimento financeiro, permitindo-lhes a tomada de decisões mais conscientes.

Durante o processo de recolha de dados e posterior tratamento, será assegurada total confidencialidade, para além disso, em nenhum momento será pedido o nome ou outro qualquer elemento de identificação, de forma a garantir o anonimato do inquirido. Este questionário terá uma duração aproximada de 2 a 3 minutos.

<https://forms.gle/Bmg7kyey18ayfkZz8>

#### BREVE CARATERIZAÇÃO DO INQUIRÍDO

Em cada pergunta, seleccione apenas uma opção entre as apresentadas.

1. Idade:

- Até 20 anos
- Entre 21 anos 30 anos
- Entre 31 a 50 anos
- Mais de 50 anos

2. Género:

- Feminino
- Masculino
- Outro

3. Habilitações literárias:

- Ensino Básico
- Ensino Secundário
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

4. Caso possua licenciatura ou superior, qual a área de estudos:

- Ciências da Saúde
- Humanidade
- Ciências Naturais
- Ciências Físicas
- Ciências Sociais
- Ciências Tecnológicas
- Não aplicável

5. Rendimento mensal líquido:

- Até 750€
- Entre 751€ e 1500€
- Entre 1501€ e 2500€
- Entre 2501€ e 3500€
- Entre 3501€ e 5000€
- Acima de 5000€

6. Número de elementos do agregado familiar:

7. Responsável por tomar as decisões do dia-a-dia sobre dinheiro no seu agregado familiar:

- Toma as decisões sozinho(a)
- Toma as decisões em conjunto com outra pessoa
- As decisões são tomadas por outra pessoa

8. Local onde desenvolve a sua atividade laboral:

- Administração pública
- Estabelecimentos de ensino
- Unidades de saúde
- Outra:

### CONHECIMENTOS FINANCEIROS DETIDOS

Indique qual é para si a resposta correta às questões apresentadas a baixo.

1. Suponha que tem 100€ numa conta poupança e a taxa de juros é de 2% ao ano. Após 5 anos, quanto acha que teria na conta se deixasse o dinheiro crescer?

- Mais de 102€*
- Exatamente 102€
- Menos de 102€
- Não sei

2. Imagine que a taxa de juro da sua conta poupança é de 1%/ano e a taxa de inflação é de 2%/ano. Após 1 ano, quanto poderia comprar com o dinheiro desta conta?

- Mais do que hoje
- Exatamente o mesmo
- Menos do que hoje*
- Não sei

3. Indique se esta afirmação é verdadeira ou falsa: “Comprar ações de uma única empresa geralmente oferece um retorno mais seguro do que um fundo de ações.”

- Verdadeira
- Falsa*
- Não sei

4. Indique se esta afirmação é verdadeira ou falsa. “Um crédito habitação por 15 anos normalmente exige prestações mensais mais altas do que um crédito habitação de 30 anos, mas os juros totais ao longo da vida do empréstimo serão menores”.

- Verdadeira*
- Falsa
- Não sei

5. Se as taxas de juros subirem, o que normalmente acontece com os preços dos títulos?

- Sobem
- Descem*
- Não há relação entre as taxas de juro e os títulos
- Não sei

## **COMPORTAMENTO FACE AO ENDIVIDAMENTO E RECURSOS FINANCEIROS**

Indique as opções que melhor representam a sua situação financeira.

1. Nível de endividamento (entende-se por endividamento o montante de crédito contraído em crédito habitação, automóvel, cartão de crédito)

- Sem endividamento
- Inferior a 20 000€
- Entre 20 000€ e 60 000€
- Entre 60 000€ e 120 000€
- Superior a 120 000€
- Não sei

2. Entre os produtos de crédito apresentados, assinale aqueles que possui ou já possuiu:

- Cartões de crédito
- Crédito pessoal
- Crédito automóvel
- Crédito habitação
- Outros produtos de crédito
- Não sei

3. Valor do Património Financeiro (considere nesta rubrica todos os montantes que dispõe em contas de depósitos à ordem, depósitos a prazo, contas poupança, certificados de aforro, obrigações do tesouro, Planos de Poupança Reforma (PPR), seguros financeiros, fundos de investimento, ações, obrigações, entre outros.)

- Inferior a 20 000€
- Entre 20 000€ e 60 000€
- Entre 60 000€ e 120 000€
- Superior a 120 000€
- Não sei

4. Da lista de produtos financeiros apresentada, assinale aqueles que possui ou já possuiu:

- Conta de depósitos à ordem
- Conta de depósitos a prazo/ Conta poupança
- Certificados de aforro/ Obrigações do tesouro
- Planos Poupança Reforma (PPR)
- Seguros financeiros
- Fundos de ações
- Ações e/ou obrigações
- Não sei